Revisa Goiás

Recompondo e ampliando aprendizagens...



3ª Série

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

4º Bimestre - 2026

Estudante

SEDUC Secretaria de Estado da Educação | Governo de GOIÁS

HISTÓRIA



Prezados(a) estudantes,

Ao longo deste ano, você percorreu um caminho importante de aprendizagem sobre a História e a sociedade brasileira. Nos materiais anteriores, você conheceu transformações ocorridas desde a República e analisou como acontecimentos no Brasil e no mundo contribuíram para mudanças na vida política, econômica e social do país. Também refletiu sobre as desigualdades sociais brasileiras, suas origens históricas e seus impactos na vida de diferentes grupos, compreendendo os desafios para a construção de uma sociedade mais justa e cidadã.

Neste bimestre, você irá avançar na compreensão do processo de redemocratização do Brasil, conhecendo a importância da Constituição Federal de 1988 para a construção da democracia e para a garantia dos direitos humanos, sociais e políticos. Vocês também poderão perceber como esses direitos estão presentes em nossa sociedade e por que sua defesa é fundamental para a vida democrática.

Além disso, você irá analisar as desigualdades que marcam a sociedade brasileira, considerando como aspectos étnicos, culturais, de gênero e socioeconômicos podem influenciar as oportunidades, as condições de vida e o acesso aos direitos. A partir dessas reflexões, será possível compreender melhor a diversidade da sociedade brasileira e os desafios que ainda enfrentamos para garantir cidadania e igualdade para todos.

Ao longo deste material, vocês serão convidados(as) a questionar, analisar, refletir e construir seus próprios argumentos. Afinal, compreender a democracia significa também reconhecer as diferenças, defender direitos e participar da construção de uma sociedade mais justa, democrática e igualitária.

Leia o texto.

Texto I

Direitos fundamentais e humanos marcam o texto constitucional de 1988

No Brasil, o período militar foi conturbado para os direitos humanos. O desrespeito a eles foi determinante para a inclusão das garantias individuais e sociais presentes na Constituição federal de 1988. O ex-ministro chefe da Controladoria-Geral da União (CGU) Jorge Hage, que participou da Assembleia Nacional Constituinte, recorda que o momento de elaboração da Carta "foi a de recuperação de direitos, sobretudo."

Hager diz que não houve na história do país momento de maior entrosamento entre o parlamento e a sociedade. Estabeleceu-se uma relação direta importantíssima e inédita. Desconheço outro momento histórico em que isso tenha funcionado igual", afirmou o ex-ministro-chefe da CGU, que também ressaltou que os direitos humanos e fundamentais inseridos no texto constitucional foram construídos pelo próprio povo, que ocupavam o parlamento, junto com os constituintes.



Populares acompanham votação da Constituição Federal no plenário da Câmara, em 1988. Foto: Arquivo/Agência Câmara

Pela Constituição de 1988, o homem se sobrepõe ao Estado. As garantias e os direitos fundamentais do cidadão aparecem logo nos primeiros artigos. No primeiro, por exemplo, é estabelecido o princípio da cidadania, da dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho. Direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais dos cidadãos estão no texto constitucional. Resguardado pela Carta Magna, os direitos fundamentais colocam o Brasil como um dos países com o mais completo ordenamento jurídico em relação aos direitos humanos.

Além das garantias fundamentais expostas na Constituição, que asseguram direitos aos cidadãos, as prerrogativas também são resguardadas pelos direitos humanos. Ambos possuem a mesma essência e finalidade, que é compor um conjunto de leis inerentes à dignidade da pessoa humana. Juntas, as legislações proporcionam, aos cidadãos, o direito à vida, ao trabalho, à educação e à liberdade de opinião e expressão. Todos, sem distinção, merecem as proteções.

Os direitos humanos são universais e resultam de lutas contra injustiças, sendo garantidos por tratados internacionais. Já os direitos fundamentais são aqueles reconhecidos e assegurados pela Constituição Federal de 1988.

O constitucionalista Cristiano Paixão, professor de Direito da Universidade de Brasília (UnB), explica que os direitos humanos e fundamentais possuem o mesmo status, a mesma hierarquia e a mesma força normativa. "São previstos em documentos internacionais e constituições e protegem o ser humano em diversas áreas". Afirma.

Paixão ressalta ainda que os direitos garantem a democracia no país ao permitir que ideias de igualdade, liberdade, reconhecimento e justiça ganhem concretude. "Sem essa capacidade de garantir direitos de forma recíproca, individual e coletiva, nenhuma sociedade poderá se considerar democrática".

Fonte: Governo do Brasil, com informações da ONU.
Disponível em: https://abre.ai/nxKF.
Acesso em: 11 set. 2025.

ATIVIDADES

1. De acordo com o texto, quais os principais valores destacados na Constituição de 1988 e como eles se relacionam com a dignidade da pessoa humana?

2. Qual é a importância dos direitos humanos e fundamentais para a consolidação da democracia em uma sociedade, segundo Cristiano Paixão?

Leia o texto.

Texto II

A Nova República

A Nova República no Brasil, que se inicia a partir de 1985 com o fim do regime militar, marcou o retorno do Brasil à democracia e a busca pela reconstrução das instituições políticas, econômicas e sociais. Cada governo, tinha o grande desafio da consolidação da democracia e a efetivação dos direitos estabelecidos pela Constituição de 1988, visto que o país, nos anos anteriores, foi responsavel por grandes violações de direitos fundamentais para toda a sociedade. Ao fim da Ditadura militar, o Brasil estava imerso num grande contexto de crise econômica com a hiperinflação, o que afetou diretamente toda a socidade nos anos que se sucederam.

Governo José Sarney

José Sarney foi o primeiro governo civil após anos de ditadura militar, o que vai marcar o início da chamada Nova República. Sarney chega à presidência de maneira indireta após a vitória da chapa de Tancredo e Sarney. Com o falecimento de Tancredo Neves, Sarney assumiu o mandato num processo de reconstrução democrática do país. Seu governo foi marcado por grande instabilidade política e econômica.

Na política, o maior marco de seu governo foi a apromulgação da Constituiçao de 1988. Já no campo econômico, Sarney enfrentou o grave problema da hiperinflação. Para tentar controlar a crise, foi lançado o **Plano Cruzado** em 1986, que instituiu uma nova moeda, congelou preços e salários e aumentou a esperança de estabilidade. Inicialmente, o plano teve sucesso, mas logo a inflação voltou a suibir, o que o obrigou o governo a adotar outros programas, que também não foram bem-sucedidos.

O final do seu governo foi marcado por extrema impopularidade e por grande crise econômica, o que contribuiu para que não elegesse um sucessor nas eleições de 1989.

Presidentes da República de 1985 a 2018.



Disponível em: https://abre.ai/nzw4. Acesso em: 15 set. 2025.

Governo Fernando Collor de Mello

Fernando Collor foi o primeiro presidente eleito por voto direto após anos de ditadura militar. Seu governo teve como prioridade o combate à grave crise econômica que o Brasil enfrentava no início da década de 1990. Para isso, Collor implementou um conjunto de medidas que ficaram conhecidas como Plano Collor, cujas ações tiveram grande impacto sobre a economia e a vida da população brasileira.

Nesse sentido, as principais medidas do plano foram:

- A troca da moeda brasileira: de cruzado-novo para cruzeiro, mas sem corte de zero; os cruzados-novos bloqueados poderiam ser usados por 60 dias para o pagamento de impostos, taxas, contribuições e obrigações previdenciárias e, por 180 dias, podiam ser transferidos entre pessoas físicas e jurídicas;
- Confisco da poupança: bloqueio de valores acima de 50 mil cruzeiros por 18 meses;
- Remoção de mecanismos que ajustavam automaticamente os preços à inflação com o objetivo de reduzir a inércia inflacionária;
- Abertura comercial: redução de tarifas de importação;
- Criação do IOF (Imposto sobre Operações Financeiras): com pagamento de 8%;
- Privatizações: início do programa de desestatização.

Apesar de todo o discurso de modernização e controle inflacionário, algumas medidas adotadas por Collor, principalmente o confisco da poupança, geraram grande insatisfação popular. Além disso as denúncias de corrupção contra seu governo minaram ainda mais o seu apoio popular.

Movimento Caras-Pintadas

Manifestantes em frente ao congresso Nacional, em Brasília, setembro de 1992. Foto de Sergio Lima, da Agência Brasil.



Disponível em: https://abre.ai/nymz . Acesso em: 12 set. 2025.



Disponível em: https://abre.ai/nynH. Acesso em: 12 set. 2025.

Com todo o Escândalo, o governo Collor se tornou insustentável. Diversas mobilizações e protestos contrários a Collor, já em andamento, tiveram seu ápice nos meses de agosto e setembro de 1992. No dia 16 de agosto, preocupado, o presidente discursou pedindo para que a população saísse e apoiasse a manutenção do governo dele, utilizando as cores da bandeira do Brasil.

Contudo, em vez disso, as pessoas protestaram contra a permanência de Collor na presidência. No mesmo dia do discurso de Collor, 16 de agosto, registrou-se protestos em diversas cidades do país. Nelas, os milhares que protestaram, saíram às ruas com os **rostos pintados de preto, verde e amarelo** e deram a simbologia e o nome da mobilização: **Movimento Caras-Pintadas.**

Essas manifestações tiveram continuidade por todo o mês de setembro até que, em 2 de outubro de 1992, Collor finalmente foi colocado frente à abertura de um processo de impeachment no Senado. Em dezembro do mesmo ano, Collor renunciou na tentativa de evitar a cassação de seus direitos políticos. No entanto, o Senado decidiu seguir com o julgamento e o declarou inelegível por oito anos, por crime de responsabilidade, uma infração cometida por autoridades públicas.

O movimento dos caras-pintadas, teve grande importância política e symbolics para o Brasil, pois ele respresentou a força da mobilização popular, especialmente da juventude, na defesa da consolidação da democracia e contra a corrupção.

Além das políticas econômicas, foi também na Nova República, em especial durante o governo Collor, que foram criadas leis importantes para o Brasil.

Algumas delas:

•Código de Defesa do Comsumidor (CDC) – Criado em 1990, estabeleceu direitos básicos aos consumidores e regulamentou relações de consumo.

•Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) – Também de 1990, é a principal lei que assegura os direitos das crianças e adolescentes no Brasil.

•Lei do Sistema Único de Saúde (SUS) – Em 1990, foi a lei que regulamentou o SUS, garantindo o acesso universal e integral à Saúde.

•Lei Rouanet – Sancionada em 1991, instituiu mecanismos para o incentive à produção e ao consumo de bens culturais, como espetáculos e exposições.

•Lei de Improbidade Administrativa – Promulgada em 1992, estabeleceu normas para combater a corrupção e a má conduta de agentes públicos.

Governo Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso

Itamar Franco assume a presidência após o impeachment de Fernando Collor de Mello em 1992, num contexto de forte crise política. Esse cenário exigiu de Itamar grande habilidade para restabelecer a estabilidade política e a confiança da sociedade nas instituições democráticas.

Itamar adotou um modelo de governo conciliador, buscou dialogar com diferentes partidos e compor um governo de unidade nacional, o que ajudou a reduzir as tensões após o período turbulento que levou à queda de Collor. Essa postura foi fundamental para garantir a governabilidade e preservar a jovem democracia brasileira.

Na área econômica, Itamar enfrentou o grande desafio da **hiperinflação,** que corroía o poder de compra da população. Sua principal medida foi a criação do **Plano Real (1994)**, elaborado por sua equipe econômica liderada por Fernando Henrique Cardoso, então ministro da Fazenda. O plano introduziu uma nova moeda, o **Real**, e estabeleceu mecanismos de controle da inflação. Foi um marco na história econômica do país, garantindo estabilidade monetária e abrindo caminho para um novo ciclo de desenvolvimento.

No campo social, o governo de Itamar buscou fortalecer políticas públicas voltadas à redução das desigualdades. Houve avanços em programas de combate à fome e à pobreza, bem como investimentos em áreas como educação e saúde, ainda que de forma limitada devido à prioridade dada ao controle da inflação.

O governo de Itamar Franco, foi sucedido por Fernando Henrique Cardoso, que marcou um dos períodos mais importantes da **Nova República**, especialmente pela consolidação da estabilidade econômica alcançada com o **Plano Real.**

No campo político, seu governo aprovou uma emenda constitucional que permitiu a reeleição para cargos executivos, fazendo seu governo se estender por dois mandatos (1995 – 2002). Essa articulação, só foi possível a partir das alianças construídas no seu governo, que garantiram governabilidade.

Na economia, a manutenção do Plano real, conseguiu controlar a hiperinflação e trazer estabilidade monetária. Além disso, FHC promoveu uma política de **privatizações**, vendendo empresas estatais em setores como telecomunicações, energia e mineração, com o objetivo de reduzir gastos públicos e atrair investimentos. Sua gestão também buscou alinhar o Brasil às práticas do mercado internacional, adotando políticas de abertura econômica e incentivo à globalização. No entanto, essas políticas enfrentou fortes críticas da população e de setores políticos, principalmente pelo aumento da dívida pública e pela dependência de empréstimos internacionais. Essas políticas contribuíram para acentuar ainda mais as desigualdades sociais. FHC criou alguns programas de combate à pobreza, que serviu de base para políticas nos governos posteriores. Entre eles, destacam-se o **Bolsa Escola**, o **Bolsa Alimentação** e o **Auxílio Gás**, que mais tarde seriam unificados no Bolsa Família. Na educação, implementou o **Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental (Fundef),** que ampliou o financiamento da educação básica e contribuiu para o

aumento da escolarização no país.

O governo de Fernando Henrique marcou um período importante de estabilidade política e econômica. Sua gestão foi fundamental para a consolidação da democracia. Porém, houve também um aprofundamento das desigualdades e o aumento da dívida, esses pontos forma temas centrais dos governos posteriores.

Governo Lula e Dilma

O primero mandato do governo Lula (2003-2006) marcou uma nova fase a política brasileira, caracterizada pelo equilíbrio entre crescimento econômico, inclusão social e responsabilidade fiscal. No campo econômico, Lula manteve a estabilidade herdada do governo anterior, preservando o tripé macroeconômico baseado no câmbio flutuante, no superávit primário e no controle da inflação por meio da taxa de juros. Essa postura transmitiu confiança ao mercado e atraiu investimentos. Ao mesmo tempo, o governo apostou em políticas de desenvolvimento, como o fortalecimento da agricultura familiar, o incentivo às exportações e o programa de aceleração da infraestrutura.

Na área social, as políticas de combate à pobreza e à fome ganharam destaque. O **Bolsa Família**, criado em 2003, unificou programas de transferência de renda já existentes, garantindo auxílio financeiro a famílias de baixa renda, desde que cumprissem compromissos como manter os filhos na escola e com a vacinação em dia. Outro destaque foi o **Fome Zero,** iniciativa voltada a enfrentar a insegurança alimentar, além de programas de valorização do salário mínimo, que aumentaram o poder de compra das camadas mais pobres. Lula adotou políticas na educação, como o **ProUNi (Programa Universidade para Todos)** e a ampliação do **FIES (Fundo de Financiamento Estudantil),** aumentou o acesso da população mais pobre ao ensino superior. Na saúde com a ampliação do SUS e o acesso a medicamentos, o que resultou em avanços significativos onde milhões de brasileiros saíram da linha da pobreza. Muitas dessa política só foram possíveis a partir do perfil político conciliatórios com alianças com diversos partidos de centro. Assim, o primeiro governo Lula consolidou a imagem do Brasil como um país em processo de crescimento econômico com maior justiça social. Porém, seu governo também foi palco em um dos maiores escândalos de corrupção, o **Mensalão.**

O esquema consistia no pagamento regular de mesadas a parlamentares de diferentes partidos em troca de apoio político no Congresso Nacional. O escândalo gerou uma forte crise política, abalou a imagem do governo e colocou em xeque a confiança da população dos representantes eleitos.

Em 2012, o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou o caso condenando dirigentes políticos, empresários e figuras importantes do PT. Esse julgamento marcou a história política e jurídica do país por ser um dos primeiros a responsabilizar e punir autoridades de alto escalão por corrupção. Mesmo com o escândalo envolvendo seu governo, o presidente Lula conseguiu se manter no cargo e foi reeleito em 2006 e elegeu a sua candidata Dilma Rousseff.

Primeira mulher a ser eleita presidenta da República do Brasil, governo de Dilma Rousseff representou continuidade do projeto político de Lula. Se primeiro mandato iniciou em 2011 com a promessa de manter os avanços sociais e econômicos obtidos nos anos anteriores, mas enfrentou um cenário mais instável, tanto interno quanto externo.

No campo **econômico**, Dilma deu continuidade ao **Programa Bolsa Família** e ao **Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)**, além de lançar programas de destaque, como o **Minha Casa Minha Vida**, voltado para habitação popular, e o **Ciência sem Fronteiras**, que ofereceu bolsas de estudo no exterior para estudantes brasileiros. Outro ponto importante foi o **Programa Mais Médicos**, criado em 2013 para ampliar o atendimento de saúde em regiões carentes, muitas vezes com a participação de médicos estrangeiros.

Apesar desses avanços, a economia começou a apresentar sinais de enfraquecimento a partir de 2012, agravados pela crise internacional e por dificuldades estruturais do país. A partir de 2014, o Brasil entrou em uma profunda recessão econômica, com queda do PIB, aumento do desemprego e inflação em alta.

Em 2013, grandes **manifestações populares** tomaram as ruas do país, inicialmente contra o aumento das tarifas de transporte, mas que rapidamente se ampliaram para críticas à corrupção, aos serviços públicos precários e aos altos gastos com a Copa do Mundo e a Operação Lava Jato, que revelou um amplo esquema de corrupção envolvendo a Petrobras, partidos políticos e grandes empreiteiras. Embora Dilma não tenha sido acusada diretamente de envolvimento, sua imagem e a de seu governo foram profundamente atingidas pelas denúncias. Essas manifestações revelaram um clima de insatisfação que se intensificou nos anos seguintes.

Reeleita em 2014 em uma disputa acirrada, Dilma enfrentou um Congresso hostil e crescentes pressões políticas. Em 2016, após acusações de crime de responsabilidade por manobras fiscais conhecidas como **"pedaladas fiscais"**, ela sofreu um processo de **impeachment**, sendo afastada do cargo. Seu vice, Michel Temer, assumiu a Presidência.

Mesmo garantida pela Constituição de 1988, a nossa democracia ainda é muito frágil e enfrenta muitos desafios. O **impeachment de Dilma Rousseff**, em 2016, mostrou bem essa fragilidade. Embora o processo esteja previsto em lei, muitos especialistas e parte da sociedade questionaram se realmente havia crime de responsabilidade ou se tudo foi resultado de disputas políticas e de interesses no Congresso. Esse episódio revelou que, no Brasil, a estabilidade de um governo pode depender mais de acordos políticos do que do respeito total às regras democráticas e à vontade do povo expressa nas eleições. Além disso, aumentou a desconfiança nas instituições e aprofundou a divisão na sociedade.

Polarização Política

Com o impeachment da presidenta Dilma Rousseff e a ascensão de seu vice, Michel Temer, à presidência, a polarização política no Brasil se intensificou de forma significativa. O embate entre as ideologias de esquerda e direita ganhou

força e levou milhares de pessoas às ruas para defender seus projetos. As eleições de 2018 representaram o auge dessa disputa, com a candidatura de Jair Messias Bolsonaro e de Fernando Haddad, apoiado pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Marcado por escândalos e pela disseminação de fake news, esse processo eleitoral evidenciou o papel central das redes sociais e da internet na formação de opiniões e no resultado das urnas, isso revelou um novo contexto político da sociedade brasileira, com a inserção das tecnologias e o uso das redes sociais por diferentes públicos.

O pleito de 2018 foi vencido por Jair Bolsonaro, que teve um governo marcado por forte polarização política e por debates intensos sobre os rumos do país.

Na economia, seu governo retomou à agenda liberal dos governos de Collor e FHC, com foco em privatizações, reformas e redução do papel do Estado, sob a liderança do ministro da Economia, Paulo Guedes. A reforma da Previdência (2019) foi a principal medida aprovada nesse campo.

No campo social e político, o governo enfrentou muitas críticas pela condução da **pandemia da Covid-19**. As divergências em relação à vacinação, ao uso de máscaras, o incentivo do uso de medicações sem a devida comprovação científica e às medidas de isolamento geraram forte repercussão no Brasil e no exterior.

Texto elaborado para fins didáticos. NUREDI.

Fonte: <http://cadpromuspp.each.webhostusp.sti.usp.br/V3n3/pdf/301.pdf> <https: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2025/06/mensalao-20-abalou-primeiro-governo-de-lula-e-levou-a-julgamento-historico-no-stf-entenda.shtml> <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/08/29/dilma-rousseff-a-primeira-mulher-a-presidir-o-brasil > <https://www.historiadomundo.com.br/idade-contemporanea/fernando-henrique-cardoso.htm> <https://www.politize.com.br/movimento-caras-pintadas/> <https://pt.wikipedia.org/wiki/Fernando_Collor#:~:text=Dentre%20as%20principais%20leis%20sancionadas,de%20Improbidade%20Administrativa%20(1992)> <https://dex.descomplica.com.br/enem/historia/enem-extensivo-a-nova-republica/explicacao/1> <https://pt.ird.fr/que-efeito-teve-gestao-do-presidente-bolsonaro-na-mortalidade-por-covid-19-no-brasil> <https://abre.ai/nzwy>.

O Terceiro governo Lula (2023-2026)



Disponível em: https://abre.ai/s26X. Acesso em: 22 set. 2026.

Luiz Inácio Lula da Silva iniciou seu terceiro mandato como presidente da República em 1º de janeiro de 2023, após vencer as eleições de 2022 em uma disputa marcada por forte polarização política. Sua eleição ocorreu em um contexto de profundas divisões na sociedade brasileira, intensificadas durante os anos anteriores, especialmente em torno de diferentes concepções sobre democracia, economia, políticas sociais e papel do Estado. O novo governo assumiu também após os acontecimentos de 8 de janeiro de 2023, quando grupos que contestavam o resultado eleitoral invadiram e depredaram as sedes dos Três Poderes, em Brasília.

No campo político, o terceiro governo Lula teve como uma de suas principais características a tentativa de reconstruir o diálogo entre o governo federal, o Congresso Nacional, os governos estaduais, os municípios e diferentes setores da sociedade. Diferentemente dos dois primeiros mandatos de Lula, realizados em um período de maior predominância política do Partido dos Trabalhadores, o terceiro mandato ocorre em um cenário de maior fragmentação partidária e forte presença de forças políticas de oposição no Congresso.

A necessidade de construir uma ampla base de apoio levou o governo a estabelecer alianças com diferentes partidos e grupos políticos. Essa composição ampliou a capacidade de negociação do Executivo, mas também tornou a relação com o Congresso um dos principais desafios do mandato. A aprovação de projetos e reformas passou a depender de negociações constantes entre o governo e diferentes forças políticas.

Na política externa, o governo retomou uma atuação mais ativa do Brasil em organismos multilaterais, buscando ampliar relações com diferentes países e defender pautas relacionadas ao desenvolvimento sustentável, combate à fome, redução das desigualdades e reforma da governança internacional. Em 2026, a defesa da soberania nacional e dos interesses brasileiros em áreas estratégicas, como petróleo e minerais, também passou a ocupar espaço importante no discurso presidencial.

A política do governo combina investimentos públicos (Novo PAC), transferência de renda, reformas estruturais (Reforma Tributária com cashback e ajustes na cesta básica) e foco no crescimento com responsabilidade fiscal. Economicamente, registram-se avanços como PIB de R$ 12,7 trilhões em 2025, crescimento acumulado do PIB de 1,9% (2º tri/2026), desemprego em 5,4% e inflação (IPCA) em 4,22% em 12 meses até agosto de 2026. No entanto, persistem desafios fiscais no controle da dívida, juros e gastos públicos.

Na área social, o governo reestruturou e ampliou programas para combate à pobreza e inclusão, destacando-se a recriação do Bolsa Família e a retomada do Minha Casa, Minha Vida, além de novas iniciativas em educação e saúde. A despeito dos avanços apontados pela gestão pública, pesquisas como a Ipsos-Ipec (setembro/2026) revelam que a avaliação popular ainda é predominantemente crítica em setores como gastos públicos, inflação, saúde e segurança.

Em setembro de 2026, o Brasil vive um novo período de intensa disputa política em razão das eleições gerais previstas para outubro. O cenário permanece marcado pela polarização entre diferentes projetos políticos para o país.

Texto elaborado para fins didáticos. NUREDI.

Disponível: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/01/01/lula-toma-posse-diante-de-centenas-de-milhares-em-brasilia-reafirma-compromissos-de-combate-a-pobreza-e-defende-a-democracia.ghtml> <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/SbtzYkB8xtPDcmSgpLC9LgN/?format=html&lang=pt> <https://relacoesexteriores.com.br/2-anos-3o-governo-lula-marcos-desafios/>.

ATIVIDADES

3. Quais foram os principais desafios políticos enfrentados por Itamar Franco ao assumir a presidência em 1992, e de que forma ele buscou superá-los?

4. Explique qual era o contexto político, quando José Sarney chega à presidência.

5. Analise a importância do movimento dos Caras-pintadas para o fortalecimento da democracia no país.

6. Quais foram as principais medidas econômicas adotadas por Fernando Collor de Mello e como elas afetaram a população brasileira?

Leia o texto e responda as duas questões a seguir.

Voltei nos braços do povo. A campanha subterrânea dos grupos internacionais aliou-se à dos grupos nacionais (...) Quis criar a liberdade nacional na potencialização de nossas riquezas através da Petrobrás; mal ela começa a funcionar, a onda de agitação se avoluma. A Eletrobrás foi obstaculada até o desespero. Não querem que o trabalhador seja livre. Não querem que o povo seja independente.

Carta-testamento do presidente Getúlio Vargas, em 24 de agosto de 1954.

DEL PRIORE, Mary et L. "Documentos de história do Brasil: de Cabra aos anos 90". São Paulo: Scipione, 1997. P. 98-99.

O Estado começou a ser transformado para torna-se mais eficiente, evitar o desperdício e prestar serviços de melhor qualidade à população. (...) Fui escolhido pelo povo (...). para continuar a construir uma economia estável, moderna, aberta e competitiva. Para prosseguir com firmeza na privatização. Para apoiar os que produzem e geram empregos. E assim recolocar o país na trajetória de um crescimento sustentado, sustentável e com melhor distribuição de riquezas entre os brasileiros.

Discurso de posse do Presidente Fernando Henrique Cardoso, em 2 de janeiro de 1999.
CARDOSO, F. H. Por um Brasil solidário. "O Estado de São Paulo", 2 jan. 1999.

7. Os pronunciamentos de Getúlio Vargas e Fernando Henrique Cardoso foram proferidos em momentos históricos diferentes. Contudo, os dois governantes têm em comum o fato de

(A) sentiram-se pressionados pelas forças democráticas que adotara um modelo político capaz de assegurar a estabilidade das instituições políticas.
(B) obterem o apoio em massa dos trabalhadores para a implementação de suas respectivas políticas estatais.
(C) sofrerem campanhas contrárias às suas ações políticas, lideradas por movimentos nacionais com o apoio clandestino de grupos internacionais.
(D) referirem-se ao apoio popular para legitimar suas ações, uma vez que chegaram ao poder através do voto direto.
(E) adotar a mesma política de privatizações de empresas estatais, que tem o apoio total da população.

8. A forma de atuação do Estado no Brasil apresentou diferenças significativas entre os governos de Getúlio Vargas e de Fernando Henrique Cardoso (FHC), uma vez que

(A) para o governo Vargas, ao Estado cabia explorar as riquezas nacionais, base para a construção de uma nação forte; já no governo de FHC, ao Estado cabe estimular os investimentos privados, que inserem o país na economia internacional.
(B) para Vargas, o Estado tinha a função de organizar os trabalhadores em sindicatos internacionais; para FHC, o Estado situa-se acima das classes sociais, estando assim impossibilitado de intervir nas questões trabalhistas.
(C) Vargas concebia um Estado capaz de promover a aliança entre a burguesia nacional e a burguesia internacional; FHC concebe um Estado independente em relação aos diferentes grupos econômicos.
(D) Vargas estimulou a criação de empresas privadas com capital nacional em substituição às empresas públicas; FHC defende a privatização das empresas estatais como meio de manter a estabilidade da economia.
(E) Vargas entendia o Estado como um meio de ligação para a exploração da iniciativa privada; FHC defendia a autonomia total do Estado.

9. (FAG 2019) Na década de 1990, durante seu mandato como ministro da fazenda e posteriormente como presidente da República, em dois pleitos consecutivos até 1º de Janeiro de 2023, Fernando Henrique Cardoso implantou uma política que buscava, além da estabilidade econômica, uma maior aproximação do Brasil com o comércio internacional. Para muitos analistas o alicerce dessa política foi edificado sobre as ideias do neoliberalismo.

Pode ser considerado como uma das estratégias dessa política no Brasil

(A) a ampliação da participação do Estado no setor terciário.
(B) a privatização de empresas estatais pelo governo.
(C) o investimento maciço em infraestrutura de produção.
(D) a recuperação salarial da classe trabalhadora.
(E) o aumento do controle Estatal sobre a indústria nacional.

10. Quais foram os principais programas sociais implementados no governo Lula e de que forma eles contruibuíram para a redução da pobreza e das desigualdades no Brasil?

11. Uma das marcas do governo Lula foi a adoção de políticas externas, que eram voltadas para o (a)

(A) exclusiva aproximação com os Estados Unidos.
(B) isolamento econômico em relação a países emergentes.
(C) redução da participação brasileira em organismos internacionais.
(D) fortalecimento das relações com a América Latina, África e países do BRICS.
(E) parceria apenas com países europeus, priorizando o comércio com a União Europeia.

12. De que maneira o processo de impeachment de Dilma Rousseff contibuiu para aprofundar a polarização ideológica entre os defensores de projetos políticos de esquerda e direita no país?

13. Como as manifestações populares, os movimentos sociais e o uso das redes sociais durante o impeachment de Dilma reforçaram a polarização e influenciaram a vida política do Brasil depois de 2016?

14. O texto apresenta diferentes políticas sociais implementadas ou retomadas durante o terceiro governo Lula. Explique de que maneira elas procuram enfrentar problemas sociais existentes no Brasil.

15. O texto apresenta diversos indicadores econômicos positivos (PIB, desemprego e inflação). Apesar desses avanços, quais são as principais contradições e desafios fiscais que o governo ainda enfrenta?

CINE PIPOCA

SUGESTÕES DE FILMES PARA CONTEXTUALIZAÇÃO COM O PERÍODO ESTUDADO E PARA CONTRIBUIR COM O TEMA:

1. Democracia em Vertigem



SINOPSE

Classificação: Não recomendado para menores de 12 anos.

Documentário sobre o processo de impeachment da ex-presidente do Brasil, Dilma Rousseff, que foi considerado como um dos reflexos da polarização política e da ascensão da extrema-direita para o poder. O filme conta com imagens internas e exclusivas dos bastidores do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e do Palácio da Alvorada, enquanto ocorria a votação para a queda de Dilma.

2. Real – o plano por Trás da história



SINOPSE

Classificação: Não recomendado para menores de 12 anos.

1993. Arrogante e inflexível, Gustavo Franco é um crítico feroz da política econômica adotada pelo governo brasileiro nos últimos anos, que resultou em um cenário de hiperinflação. Opositor de políticas de cunho social, ele é adepto de um choque fiscal de forma que seja criada uma moeda forte, que devolva a dignidade aos cidadãos. Quando o presidente Itamar Franco nomeia Fernando Henrique Cardoso como o novo Ministro da Fazenda, Gustavo é convidado a integrar uma verdadeira força-tarefa, cujo objetivo é criar um novo plano econômico.

3. Privatizações: a distopia do capital.

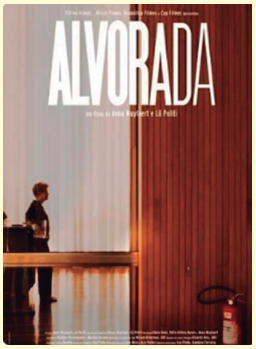


SINOPSE

Classificação: Livre

O documentário denuncia como, nos anos 1990, a política de privatizações enfraqueceu a soberania nacional ao transferir parte significativa do patrimônio público para o setor privado internacional. Critica a visão de que o Estado seria o entrave ao desenvolvimento, destacando seu papel histórico na industrialização. Mostra que o neoliberalismo não eliminou o Estado, mas o submeteu às exigências do mercado, transformando direitos sociais, como moradia, transporte, educação e saúde, em mercadorias que beneficiam o sistema financeiro.

4. Alvorada



SINOPSE

Classificação: Livre

O documentário mostra o cotidiano da presidente Dilma Rousseff, primeira e única mulher a governar o Brasil, durante o desenrolar dramático do impeachment. Rodado entre julho e setembro de 2016, o documentário testemunha a tensão e a perplexidade que imperavam no círculo da presidente, em reuniões, telefonemas intermináveis e sussurros ouvidos do Palácio do Planalto. Ao mesmo tempo, revela uma personalidade surpreendente nas conversas informais em que Dilma fala de política, história, literatura – e de si própria.

5. Apocalipse nos Trópicos



SINOPSE

Classificação: Não recomendado para menores de 14 anos.

A cineasta Petra Costa mergulha na interseção alarmante entre religião e política no Brasil. O documentário revela como o movimento evangélico, com sua ideologia apocalíptica, desempenhou um papel crucial na ascensão de Jair Bolsonaro à presidência e levanta questões sobre a ameaça de uma teocracia nacional. O filme oferece uma visão inédita dos bastidores do poder, acompanhando figuras proeminentes como o presidente Lula, o ex-presidente Bolsonaro e o influente televangelista Silas Malafaia. A cineasta expõe a crescente influência dos líderes religiosos na política brasileira e revela como sua visão do fim dos tempos molda suas estratégias e decisões.

Colaboração

Prof.º Me. Wanderson Claudio da Silva
C.E. Gabriel José de Moura – CRE Jussaras

Leia o texto.

Texto III

Leia abaixo a introdução e cinco artigos da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão onde é possível identificar o "nascimento" dos direitos humanos.

DECLARAÇÃO DOS DIREITOS DO HOMEM E DO CIDADÃO DE 1789

Os representantes do povo francês, constituídos em ASSEMBLEIA NACIONAL, considerando que a ignorância, o esquecimento ou o desprezo dos direitos do homem são as únicas causas das desgraças públicas e da corrupção dos Governos, resolveram expor em declaração solene os direitos naturais, inalienáveis

e sagrados do Homem, a fim de que esta declaração, constantemente presente em todos os membros do corpo social, lhes lembre sem cessar os seus direitos e os seus deveres; a fim de que os actos do Poder legislativo e do Poder executivo, a instituição política, sejam por isso mais respeitados; a fim de que as reclamações dos cidadãos, doravante fundadas em princípios simples e incontestáveis, se dirijam sempre à conservação da Constituição e à felicidade geral. Por consequência, a ASSEMBLEIA NACIONAL reconhece e declara, na presença e sob os auspícios do Ser Supremo, os seguintes direitos do Homem e do Cidadão:

Por consequência, a ASSEMBLEIA NACIONAL reconhece e declara, na presença e sob os auspícios do Ser Supremo, os seguintes direitos do Homem e do Cidadão:

Artigo 1º- Os homens nascem e são livres e iguais em direitos. As distinções sociais só podem fundar-se na utilidade comum.

Artigo 2º- O fim de toda a associação política é a conservação dos direitos naturais e imprescritíveis do homem. Esses Direitos são a liberdade. a propriedade, a segurança e a resistência à opressão.

[...]

Artigo 4º- A liberdade consiste em poder fazer tudo aquilo que não prejudique outrem: assim, o exercício dos direitos naturais de cada homem não tem por limites senão os que asseguram aos outros membros da sociedade o gozo dos mesmos direitos. Estes limites apenas podem ser determinados pela Lei.

[...]

Artigo 11º- A livre comunicação dos pensamentos e das opiniões é um dos mais preciosos direitos do Homem; todo o cidadão pode, portanto, falar, escrever, imprimir livremente, respondendo, todavia, pelos abusos desta liberdade nos termos previstos na Lei.

Artigo 12º- A garantia dos direitos do Homem e do Cidadão carece de uma força pública; esta força é, pois, instituída para vantagem de todos, e não para utilidade particular daqueles a quem é confiada.

Disponível em: https://abre.ai/sFvJ. Acesso em: 06 jun. 2026.

ATIVIDADES

14. Diante dos trechos extraídos da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (1789), assinale a alternativa que melhor justifica a elaboração desse documento.

(A) A declaração foi produzida para fortalecer e legitimar o governo monárquico existente na França.
(B) O documento defendia os princípios do Antigo Regime e valorizava a atuação dos déspotas esclarecidos.
(C) As ideias presentes na declaração demonstram a manutenção da estrutura política do Antigo Regime e a continuidade do absolutismo monárquico francês em 1789.
(D) A elaboração da declaração baseou-se na necessidade de promover mudanças na estrutura política e social, garantindo direitos e liberdades aos cidadãos.
(E) Os direitos apresentados asseguravam a participação política de todos os cidadãos franceses, sem qualquer restrição.

15. A partir da leitura dos trechos da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (1789), é possível afirmar que:

(A) A declaração defendia a igualdade de direitos entre todos os indivíduos, independentemente de sua condição social.
(B) Embora proclamasse direitos universais, a declaração não garantia, na prática, a participação política das mulheres, evidenciando limites em sua aplicação.
(C) O documento tinha como principal objetivo fortalecer o poder absoluto do rei e restringir as liberdades individuais.
(D) A declaração reafirmava os privilégios da nobreza e do clero, preservando as características do Antigo Regime.
(E) Os direitos apresentados beneficiavam exclusivamente a burguesia, excluindo todos os demais grupos sociais.

16. Leia o texto a seguir.

"Foi justamente no governo Vargas que se puderam observar as primeiras tentativas do Estado de ordenar o uso dos recursos naturais. No período pré-Vargas, o que se constata pela análise historiográfica, é que as preocupações ambientais são caracterizadas por ciclos de exploração dos recursos visando à demanda externa, sendo que nestes espaços de tempo, o Estado atribuía importância ao recurso natural sempre associado prioritariamente ao aspecto econômico, desconsiderando os impactos ambientais dessa exploração".

Priscyla Christine Hammerl. Política ambiental e o turismo na Era Vargas: análise do caso de Campos do Jordão-SP. XXVII Simpósio Nacional de História. Conhecimento histórico e diálogo social. ANPUH, Natal, Rio Grande do Norte. 2013. Acesso: 06 de jun. 2026.

A partir das informações apresentadas no texto sobre a política ambiental durante o governo Vargas, podemos identificar que:

(A) O governo de Getúlio Vargas possuía uma política totalmente voltada para a preservação ambiental.
(B) O texto evidencia a valorização dos recursos naturais principalmente como instrumento para o desenvolvimento econômico do país.
(C) Antes do governo Vargas, a exploração dos recursos naturais ocorria de forma sustentável e com forte preocupação ambiental.
(D) Durante o governo Vargas, a exploração dos recursos naturais foi completamente proibida para evitar impactos ambientais.
(E) O texto demonstra que as questões ambientais eram mais importantes que as questões econômicas durante todo o período analisado.

17. O *Jornal da Baixada* foi um periódico da Baixada Fluminense cuja primeira edição data de maio de 1979. Em suas oito páginas, editadas por Alceu Nogueira da Gama, o jornal apresentava reportagens sobre a realidade social, econômica e política vivida pela população brasileira durante o período da Ditadura Militar. Observe a charge publicada na capa do *Jornal da Baixada* (1979). Nela, um médico examina um paciente debilitado e afirma: "Caso perdido! Tá com salariomínimo!"

Disponível em: https://abre.ai/sFwy. Acesso em: 06 jun. 2026.



Disponível em: https://abre.ai/sFwy. Acesso em: 06 jun. 2026.

Ao analisar a charge e o contexto histórico em que ela foi produzida, é possível afirmar que o/a

(A) A charge critica a falta de assistência do governo durante a crise econômica do final da Ditadura Militar, evidenciando problemas sociais que contrastavam com a imagem de prosperidade associada ao chamado "Milagre Econômico Brasileiro".
(B) charge demonstra que a população brasileira vivia um período de prosperidade econômica, com ampla oferta de empregos e acesso aos serviços públicos de saúde, refletindo os resultados positivos das políticas implementadas durante o período do chamado "Milagre Econômico Brasileiro".
(C) documento apresenta uma defesa das políticas econômicas do regime militar, destacando os avanços sociais alcançados pela população mais pobre.
(D) charge evidencia que os problemas sociais estavam restritos à Baixada Fluminense, não afetando outras regiões do Brasil.
(E) objetivo da charge é exaltar o crescimento econômico brasileiro, demonstrando que a crise econômica havia sido completamente superada.

Leia o texto

Texto IV

Desigualdade racial no Brasil: uma realidade atual

Você sabia que, segundo a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, de 2015, a renda média das pessoas pretas e partas (que configuram a população negra do país) equivale a apenas 59,2% da renda média das pessoas brancas? E, além disso, de acordo com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, o risco de um negro ser vítima de homicídio, é 2,7 vezes maior do que um branco.

Esses números evidenciam a dura realidade brasileira: determinados grupos étnico-raciais ainda enfrentam discriminação e grandes obstáculos para conquistar igualdade de oportunidades e plena inserção na sociedade. Essa exclusão social é fruto de uma construção histórica baseada na escravização e marginalização desses grupos, que por muito tempo não tiveram acesso a direitos básicos.

As origens históricas da desigualdade racial.

Para compreender a desigualdade racial no Brasil, é preciso considerar seu contexto histórico. Durante todo o período colonial brasileiro (1500 – 1822), a escravidão se fez presente como a base de sustentação do sistema econômico e social da época. A mão de obra escrava era composta por indígenas e negros, que eram explorados e submetidos a condições desumanas de vida por ordem dos colonizadores.

A maioria dos colonizadores, vindos de Portugal e da Espanha, acreditava que os povos indígenas e africanos eram inferiores e que precisavam ser "educados" de acordo com os costumes europeus. No Brasil, a primeira forma de exploração aconteceu com os povos indígenas, que já viviam aqui quando os colonizadores chegaram.

A escravização negra se deu em um segundo momento, quando os africanos, que também sofriam com a colonização em seu continente, foram traficados e enviados em navios para o continente americano. Estima-se que ao longo desses três séculos, cerca de 4 milhões de africanos foram enviados ao Brasil para serem escravizados.

Em 1822, o Brasil conquistou sua independência, mas ainda assim, a escravidão continuou legitimada pelo Estado. Os indígenas por sua vez, por meio do estabelecimento do Diretório dos Indígenas de 1757, adquiriram certas liberdades com contrapartidas, como ter que seguir o modelo cultural de vida dos colonizadores.

A abolição da escravidão no Brasil aconteceu de forma lenta e gradual, por meio de leis aprovadas ao longo do tempo, até chegar à Lei Áurea, em 1888, que pôs fim definitivo à escravidão no país. Porém, apesar da "liberdade" formal , não lhes foi garantido diversos direitos fundamentais e não os reconhecia como cidadãos. Assim, a abolição não resultou na inserção da população negra na sociedade, que permaneceram sofrendo com a discriminação e os preconceitos sociais, fundamentados no racismo.

A evolução dos direitos antidiscriminatório e a promulgação da Constituição de 1988

Como resultado da pressão dos movimentos e mobilizações, em 1951 foi promulgada a Lei Afonso Arinos (Lei

nº 1.390/1951), que determinou o racismo como contravenção penal, isto é, uma infração penal de menor gravidade. Foi a primeira lei na legislação a condenar práticas discriminatórias em razão de raça, como negar emprego, impedir entrada em estabelecimento e recusar hospedagem em hotel, prevendo multa e até um ano de prisão.

Contudo, alguns anos depois com a ditadura militar (1964-1985), que foi marcada pela retirada de diversos direitos sociais, principalmente em relação às liberdades individuais e coletivas, tanto a população negra quando a indígena sofreram o aprofundamento das desigualdades socio racial no Brasil. O movimento negro, por exemplo, foi desmobilizado e desarticulado, vivendo numa espécie de semiclandestinidade, em que a discussão pública sobre questões raciais foi quase banida.

Assim, apenas com a redemocratização em 1985, que resultou na promulgação da Constituição Federal de 1988, que s direitos fundamentais, como saúde, educação, trabalho, segurança, igualdade e justiça passaram a ser garantidos a todos, sem discriminação de origem, raça, sexo, cor e idade.

Além disso, o documento é o primeiro na história a reconhecer aos indígenas o direito de manter a sua própria cultura e, em seu art. 5º, determina que o racismo é um crime inafiançável e imprescritível. Porém, ainda com muitos avanços, o Brasil registra a difícil marca de ser um dos países mais desiguais para a população negra.

A realidade atual da desigualdade racial

As conquistas por direitos que visam proteger os grupos étnico-raciais vulnerabilizados no país, apesar de representarem um grande avanço, são recentes e insuficientes para eliminar a desigualdade racial no Brasil. Todo o contexto histórico, produziu efeitos que são sentidos até os dias de hoje e evidenciam a vulnerabilidade socioeconômica desses grupos.

Olhando para a população negra (pretos e pardos), temos que ela compõe 75% das pessoas que vivem em situação de pobreza no país, mesmo sendo a maior parcela da população nacional (54,9%), segundo o IBGE. As mulheres negras, por exemplo, recebem em média menos da metade do salário de um homem branco, mesmo exercendo funções similares ou iguais. E, ainda de acordo com o IBGE, entre os 10% da população com os maiores rendimentos, apenas 27,7% são pretos ou pardos, sendo que estes também correspondem a 64% dos desempregados no Brasil.

Além de tudo, a desigualdade racial não é exclusiva aos aspectos econômicos e financeiros, mas também possui efeitos em áreas como saúde e segurança. De acordo com o anuário Brasileiro de Segurança Pública, no ano de 2019, 66,6% das mulheres que sofreram violência doméstica e sexual eram negras.

No aspecto da saúde, a desigualdade racial no Brasil se inicia ainda no útero. Dados de 2019 do Ministério da Saúde, indica que, 2 em cada 3 mortes maternas são de mulheres negras e a mortalidade no primeiro ano de vida é de 22,5% maior entre a população negra.

A pandemia da COVID-19 acentuou ainda mais essas desigualdades no país. Segundo os dados do Ministério de Saúde, o vírus apresentou maior letalidade entre a população negra brasileira.

Importante ressaltar que a desigualdade racial não afeta apenas a população negra, mas também os indígenas e quilombolas no país. Estes, por exemplo, devido às distâncias e à dispersão dos seus povos, encontram dificuldades de acesso aos serviços de saúde.

Negros, indígenas e quilombolas, viveram e ainda vivem situações de vulnerabilidade em diferentes áreas da sociedade brasileira.

Como diz o grupo de rap brasileiro Racionais Mc's: "500 anos de Brasil e o Brasil aqui nada mudou". É claro que retirando a licença poética da frase, vimos que muitos direitos foram previstos e avanços obtidos durante todo esse tempo, mas realmente algumas coisas ainda não mudaram, como as desvantagens e mazelas enfrentadas por determinados grupos étnico-raciais. Isso não é apenas fruto de um longo período de exploração e escravização, mas também de um preconceito social que acaba efetivando a desigualdade.

Por isso, hoje não há como falarmos em democracia no Brasil sem que o racismo, a discriminação e a igualdade não façam parte do debate público. Nós como cidadãos devemos ter consciência dessa realidade e solicitar ao Poder Público que políticas que visem combater a desigualdade racial sejam efetivadas. Além disso, individualmente podemos melhorar o nosso próprio comportamento, eliminando preconceitos e estereótipos que ainda se fazem presentes na sociedade de maneira estrutural.

Texto de Eduardo de Rê, Isabela Campos, Julia Reis, João Pedro e Leonardo Gabriel. Adaptado.

Disponível em: https://www.politize.com.br/equidade/desigualdade-racial-no-brasil/.Acesso em: 21 set. 2025.

ATIVIDADES

18. Como o contexto histórico do período colonial, contribuiu para a formação das desigualdades raciais no Brasil atual?

19. Explique o porquê a liberdade conquistada a partir da abolição da escravidão, não significou igualdade social.

20. Analise a importância dos dados ao evidenciarem a desigualdade racial no Brasil hoje e de que forma eles refletem os efeitos do passado escravocrata.

21. Como a pandemia de COVID-19 impactou a população negra e o que esse dado revela sobre as desigualdades estruturais no país?

22. Superar a história da escravidão como principal marca da trajetória do negro no país tem sido uma tônica daqueles que se dedicam a pesquisar as heranças de origem afro à cultura brasileira. A esse esforço de reconstrução da própria história do país, alia-se, agora, a criação da plataforma digital Ancestralidades. "A história do negro no Brasil vai continuar sendo contada, e cada passo que

a gente dá para trás é um passo que a gente avança", diz Márcio Black, idealizador da plataforma, sobre o estudo de figuras ainda encobertas pela perspectiva histórica imposta pelos colonizadores da América.

FIORATI, G. Projeto joga luz sobre negros e revê perspectiva histórica. Disponível em: www1.folha.uol.com.br. Acesso em: 10 nov. 2021 (adaptado).

Em relação ao conhecimento sobre a formação cultural brasileira, iniciativas como a descrita no texto favorecem o(a)

(A) recuperação do tradicionalismo.
(B) estímulo ao antropocentrismo.
(C) reforço do etnocentrismo.
(D) resgate do teocentrismo.
(E) crítica ao eurocentrismo.

CINE PIPOCA

SUGESTÕES DE FILMES PARA CONTEXTUALIZAÇÃO COM O PERÍODO ESTUDADO E PARA CONTRIBUIR COM O TEMA:

1. Medida Provisória

SINOPSE



Classificação: Não recomendado para menores de 14 anos.

Em um futuro distópico, o governo brasileiro decreta uma medida provisória, em uma iniciativa de reparação pelo passado escravocrata. Essa medida obriga os cidadãos negros a migrarem para a África na intenção de retornar as suas origens. Sua aprovação afeta a vida do casal formado pela médica Capitú e pelo advogado Antônio, bem como seu primo, o jornalista André, que mora com eles. Juntos, os personagens debatem questões sociais e raciais e compartilham anseios e medos.

2. M-8 Quando a Morte Socorre a Vida

SINOPSE



Classificação: Não recomendado para menores de 14 anos.

Maurício acabou de ingressar na renomada Universidade Federal de Medicina. Na sua primeira aula de anatomia ele conhece M8, o cadáver que servirá de estudos para ele e os amigos. Durante o semestre Maurício tenta descobrir a identidade do corpo, enquanto enfrenta seus próprios medos e angústias. Tudo piora quando ele descobre que todos os corpos estudados no laboratório da instituição são de pessoas negras.

3. Cores e Botas



SINOPSE

Classificação: Livre

O curta metragem conta a história da pequena Joana, uma garota que, assim como muitas dos anos 80, sonha em se tornar uma paquita da Xuxa. Sua família é bem-sucedida e apoia seu sonho, no entanto, Joana é afrodescendente e nunca houve uma paquita negra. Por meio da narrativa, a obra apresenta ao público a importância da representatividade para crianças negras em um país com poucos personagens afrodescendentes.

4. Que Horas Ela Volta



SINOPSE

Classificação: Não recomendado para menores de 12 anos.

A Pernambucana Val se mudou para São Paulo a fim de dar melhores condições de vida para sua filha Jéssica. Com muito receio, ela deixou a menina no interior de Pernambuco para ser babá de Fabinho, morando integralmente na casa de seus patrões. Treze anos depois quando o menino vai prestar vestibular, Jéssica lhe telefona pedindo ajuda para ir à São Paulo, no intuito de prestar a mesma prova. Os chefes de Val recebem de "braços abertos", mas quando ela deixa de seguir certos protocolos, a situação complica.

5. Doutor Gama



SINOPSE

Classificação: Não recomendado para menores de 14 anos.

Doutor Gama é um filme biográfico sobre a vida do escritor, advogado, jornalista e abolicionista Luiz Gama, uma das figuras mais relevantes da história brasileira. Ele utilizou todo seu conhecimento sobre as leis e os tribunais para libertar mais de 500 escravos durante sua vida. Nascido de ventre livre, Gama foi vendido como escravo aos 10 anos para pagar dívidas de jogo de seu pai, um homem branco. Mesmo escravizado, ele conseguiu se alfabetizar, assim conquistou sua liberdade, se tornando um dos mais respeitados advogados de sua época.

MARATONA DE OLHO NO ENEM

1. (ENEM PPL 2018)



Disponível em: http://une.org.br. Acesso em: 30 jul. 2015 (adaptado).

Considerando o funcionamento do regime democrático, o episódio retratado na imagem está associado ao (à)

(A) legalidade dos partidos políticos.
(B) legitimidade da mobilização popular.
(C) esgotamento do movimento sindical.
(D) Valorização das políticas afirmativas.
(E) emergência das organizações não governamentais.

2. (ENEM 2017) Com a Lei de Terras de 1850, o acesso à terra só passou a ser possível por meio da compra com pagamento em dinheiro. Isso limitava, ou mesmo praticamente impedia, o acesso à terra para os trabalhadores escravos que conquistavam a liberdade.

OLIVEIRA, A. U. Agricultura brasileira: transformações recentes. In: ROSS, J. L. S. Geografia do Brasil. São Paulo: Edusp, 2009.

O fato legal evidenciado no texto acentuou o processo de

(A) reforma agrária.
(B) expansão mercantil.
(C) concentração fundiária.
(D) desruralização da elite.
(E) mecanização da produção.

3. (ENEM 2022) Eu estava pagando o sapateiro e conversando com um preto que estava lendo um jornal. Ele estava revoltado com um guarda civil que espancou um preto e amarrou numa árvore. O guarda civil é branco. E há certos brancos que transforma preto em bode expiatório. Quem sabe se guarda civil ignora que já foi extinta a escravidão e ainda estamos no regime da chibata?

JESUS, C. M. Quarto de despejo: diário de uma favelada. São Paulo: Ática, 2014.

O texto, que guarda a grafia original da autora, expõe uma característica da sociedade brasileira, que é o(a):

(A) Racismo estrutural.
(B) Desemprego latente.
(C) Concentração de renda.
(D) Exclusão informacional.
(E) Precariedade da educação.

Leia o texto a seguir e responda as questões 4 e 5.

Declaração Universal dos Direitos Humanos – 1948

Artigo 1º – "Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade."

Artigo 2º – "Todo ser humano tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, idioma, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, posição econômica, nascimento ou qualquer outra condição."

Artigo 23º – "Toda pessoa tem direito ao trabalho, à livre escolha de emprego, a condições justas e favoráveis de trabalho [...]" e "Todos têm direito, sem discriminação alguma, a salário igual por trabalho igual."

Disponível em: https://brasil.un.org/sites/default/files/2025-03/ONU_DireitosHumanos_DUDH_UNICRio_20250310.pdfAcesso em: 08 set. 2026.

4. Considerando os desafios contemporâneos para a concretização dos princípios propostos na Declaração Universal dos Direitos Humanos, **uma ação coerente com a perspectiva apresentada seria**

(A) promover ações que enfrentem situações de discriminação e desigualdade, ampliando as condições de acesso aos direitos e respeitando a identidade dos diferentes grupos sociais.
(B) considerar que a garantia dos direitos humanos depende exclusivamente das escolhas individuais, sem necessidade de intervenção coletiva ou estatal.
(C) priorizar políticas públicas destinadas exclusivamente aos grupos que já possuem melhores condições de acesso aos direitos sociais.
(D) estabelecer critérios diferenciados de acesso aos direitos fundamentais de acordo com a origem social e econômica dos indivíduos.
(E) limitar a participação dos grupos socialmente vulnerabilizados nas decisões públicas, evitando conflitos entre diferentes interesses.

5. A partir da leitura do documento, assinale a alternativa que relaciona o contexto histórico de sua elaboração aos seus fundamentos filosóficos e sociológicos.

(A) A DUDH foi elaborada com o objetivo exclusivo de regular as relações diplomáticas entre as grandes potências vencedoras da Segunda Guerra Mundial, sem interferir na legislação interna dos Estados nacionais.
(B) O documento surge como uma resposta institucional aos horrores do nazifascismo e do conflito mundial, buscando afirmar a universalidade dos direitos e superar o relativismo ético e as violações decorrentes de regimes autoritários.
(C) A incorporação da "fraternidade" no Artigo 1º refletia a hegemonia dos países do bloco socialista no processo de redação, os quais priorizavam as liberdades individuais em detrimento dos direitos sociais.
(D) A declaração teve como principal inovação a superação total dos ideais Iluministas da Revolução Francesa,

propondo uma nova ordem ética desvinculada dos conceitos de razão e consciência.

(E) A aprovação do texto em 1948 garantiu a aplicação imediata e homogênea dos direitos humanos em todas as colônias europeias na África e Ásia, erradicando o imperialismo no pós-guerra.

Colaboração

Profª. Marta Valeriano
CEPMG – Mansões Paraíso – Aparecida de Goiânia

Leia o texto

Texto I

ENFRENTAMENTO AO DISCURSO DE ÓDIO – OBSERVADH

O que é discurso de ódio?

> "Toda forma de expressão que incita, promove ou justifica o ódio, a discriminação ou a violência contra um indivíduo ou um grupo, em razão de sua origem, etnia, raça, cor, religião, gênero, orientação sexual, identidade de gênero, idade, deficiência, condição social ou política".

Fonte: Relatório de recomendações para o enfrentamento ao discurso de ódio e ao extremismo no Brasil, do MDHC (adaptado).

O discurso de ódio, entendido como uma forma de ataque verbal ou simbólico contra pessoas ou grupos em razão de sua identidade, sexo, origem, orientação sexual, raça ou cor, religião, gênero, entre outras características, é um fenômeno que vem ganhando destaque e preocupação na sociedade brasileira, especialmente nas redes sociais, onde se multiplicam casos de ofensas, ameaças, humilhações e incitações à violência contra determinados segmentos sociais.

VIOLÊNCIA ON-LINE NO BRASIL

Acesso à internet no Brasil

A internet é um importante meio de inclusão social, cultural e política, que permite aos brasileiros exercer seus direitos de cidadania, expressar suas opiniões, informar-se sobre os acontecimentos do país e do mundo, divertir-se e se relacionar com outras pessoas. No entanto, a internet também é um espaço de conflito, tensão e violência, onde se manifestam diversas formas de discriminação, preconceito e intolerância, sendo um dos principais ambientes de propagação do discurso de ódio no Brasil. O aumento da incidência desses crimes no ambiente virtual está relacionado com a expansão do acesso à internet no país.

Segundo dados da **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – Pnad Contínua, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)**, o número de pessoas de 10 anos ou mais de idade que utilizaram a internet nos três meses anteriores à pesquisa aumentou de 116 milhões em 2016 para 161,6 milhões em 2022, o que significa que foi de 66,1% dos brasileiros para 87,2% nesse período.

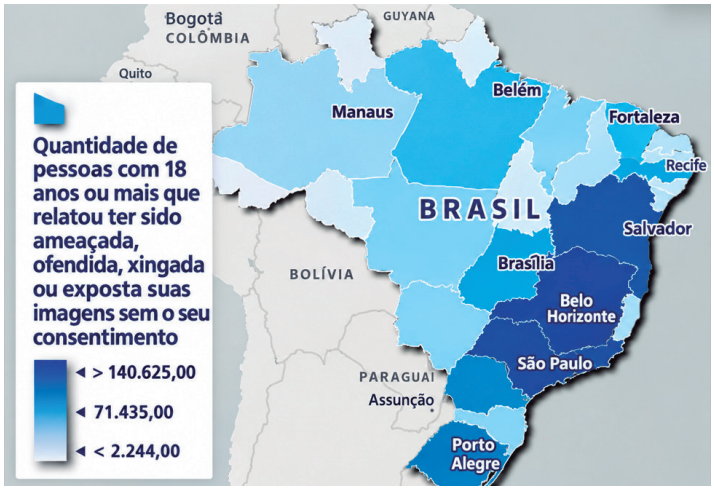
Quem são as vítimas?

A violência na internet é um problema grave que afeta milhares de pessoas no Brasil. Segundo a **Pesquisa Nacional de Saúde (PNS)** de 2019, realizada pelo IBGE em parceria com o Ministério da Saúde, 1.623.333 de pessoas de 18 anos ou mais de idade relataram ter sofrido algum tipo de agressão on-line nos últimos doze meses. O estado que registrou o maior número de agressões on-line, segundo a pesquisa, foi São Paulo, com 400.294 agressões, seguido de Minas Gerais (147.327) e Rio de Janeiro (145.267).

A agressão on-line foi definida como o uso de redes sociais ou celular para ameaçar, ofender, xingar ou expor imagens sem o consentimento da vítima. As principais vítimas dessas agressões foram as mulheres, com quase 53% dos relatos de ameaça, ofensa, xingamentos ou exposições de imagens sem o consentimento das pessoas com 18 anos ou mais.

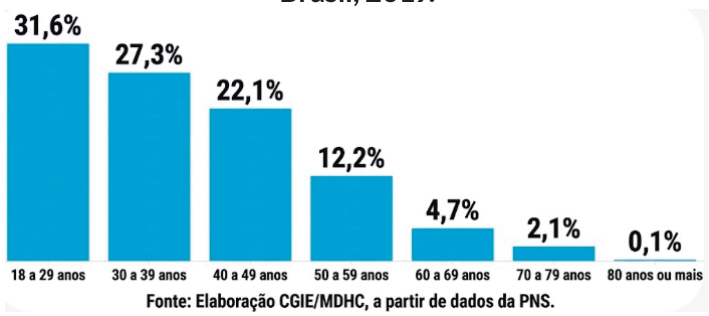
Os dados indicam que as pessoas jovens de 18 a 29 anos foram as que receberam o maior número de agressões on-line (31,6%), e esses números diminuem quanto maior a idade. Isso pode indicar que as pessoas mais jovens estão mais expostas e vulneráveis à violência online, seja por usarem mais as redes sociais ou celular, seja por serem mais visadas pelos agressores.

Quantidade de pessoas com 18 anos ou mais que relataram ter sido ameaçadas, ofendidas, xingadas ou ter expostas suas imagens sem o seu consentimento, por UF. Brasil, 2019.



Fonte: Elaboração CGIE/MDHC, a partir de dados da PNS.

Percentual dos relatos de ameaça, ofensa, xingamentos ou exposições de imagens sem o consentimento das pessoas com 18 anos ou mais, por faixa etária. Brasil, 2019.



Fonte: Elaboração CGIE/MDHC, a partir de dados da PNS.

Crimes de ódio na internet

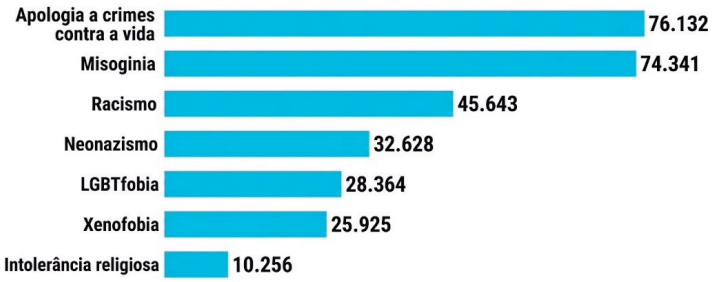
A internet é um espaço de comunicação, informação, entretenimento e participação social, mas também pode ser um ambiente de violação de direitos humanos, especialmente quando se trata de crimes de ódio.

Os crimes de ódio são aqueles motivados por preconceito ou intolerância contra grupos ou indivíduos por sua identidade ou orientação sexual, gênero, raça, etnia, nacionalidade ou religião.

Esses crimes podem assumir diversas formas na Internet, como ofensas, ameaças, injúrias, difamações, incitações à violência, apologias ao crime, divulgação de imagens ou vídeos humilhantes, entre outras.

Entre 2017 e 2022, a Central Nacional de Denúncias de Crimes Cibernéticos, da Safernet , recebeu um total de 293.289 denúncias desse tipo de crime. O ano de 2022 foi o que registrou o maior número de casos nesta série

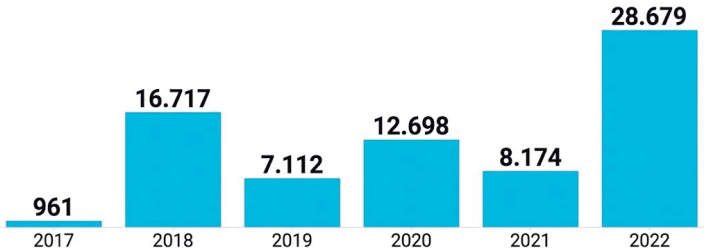
Tipos de crimes de ódio mais denunciados na Central Nacional de Denúncias de Crimes Cibernéticos, da Safernet. Brasil, 2017-2022.



Fonte: Elaboração CGIE/MDHC, a partir de dados da Safernet.

Além disso, a misoginia foi também o tipo de crime de ódio que mais cresceu entre 2017 e 2022, passando de 961 denúncias em 2017 para 28.679 em 2022, um aumento de quase 30 vezes.

Crimes de misoginia denunciados na Central Nacional de Denúncias de Crimes Cibernéticos, da Safernet. Brasil, 2017-2022.



Fonte: Elaboração CGIE/MDHC, a partir de dados da Safernet.

Relatório de recomendações para o enfrentamento do discurso de ódio e ao extremismo no Brasil

O Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania criou, em 2023, um grupo de trabalho para apresentação de estratégias de combate ao discurso de ódio e ao extremismo, e para a proposição de políticas públicas em direitos humanos sobre o tema. Este grupo contou com a participação de especialistas em direitos humanos, comunicação, educação, segurança pública e justiça. O grupo elaborou um relatório, com o objetivo de apresentar um diagnóstico da situação atual do discurso de ódio no país e propor medidas para prevenir, combater e reparar os danos causados por esse fenômeno.

O Relatório propõe uma série de recomendações para enfrentar o discurso de ódio no Brasil, divididas em quatro eixos: educação, comunicação, segurança pública e justiça. As recomendações incluem, entre outras, a promoção de uma cultura de paz, respeito e diversidade nas escolas e na sociedade; o fortalecimento da mídia pública, comunitária e independente; a capacitação dos agentes de segurança e de justiça para lidar com casos de discurso de ódio; e a criação de mecanismos de monitoramento, denúncia e responsabilização dos autores e das plataformas digitais que veiculam o discurso de ódio.

Texto extraído do ObeservaDH. Adaptado.
Disponível em: https://observadh.mdh.gov.br/. Acesso em: 10 set. 2026.

Para saber mais!

Acesse o Relatório de recomendações para o enfrentamento ao discurso de ódio e ao extremismo no Brasil e saiba mais:
https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2023/julho/mdhc-entrega-relatorio-com-propostas-para-enfrentar-o-discurso-de-odio-e-o-extremismo-no-brasil/RelatrioGTdioeExtremismosDigital_30.06.23.pdf

Leia o texto

Texto II

A Liberdade de Expressão como um Direito Humano e seus limites democráticos

A liberdade de opinião e de expressão constitui um dos pilares da democracia contemporânea e está resguardada pelos principais tratados internacionais de direitos humanos. Ela assegura que cidadãos possam manifestar suas ideias, criticar governantes, questionar visões de mundo e produzir arte e conhecimento sem medo de censura ou perseguição.

Contudo, no debate sociológico e jurídico, estabelece-se que nenhum direito fundamental é absoluto. A liberdade de expressão encontra seu limite ético e legal no momento em que é instrumentalizada para violar os direitos e a dignidade de terceiros. Em sociedades democráticas, a incitação à violência, o discurso de ódio, a calúnia e a disseminação intencional de desinformação não são protegidos pelo direito de expressão, pois atentam contra a integridade de grupos vulneráveis e desestabilizam as garantias coletivas. Exercer a liberdade de expressão exige responsabilidade ética no espaço público.

Texto extraído do ObeservaDH. Adaptado.
Disponível em: https://observadh.mdh.gov.br/. Acesso em: 10 set. 2026.

ATIVIDADES

1. Com base na leitura do **Texto I**, analise o perfil das principais vítimas de agressões on-line no Brasil (quanto a gênero e faixa etária) e explique de que forma o crescimento da misoginia no ambiente digital dialoga com a tese central do **Texto II** referente aos limites éticos e jurídicos da liberdade de expressão.

2. A liberdade de expressão é uma das garantias fundamentais das sociedades democráticas, garantindo o direito à opinião e à crítica. No entanto, esse direito não é absoluto e encontra limites éticos e jurídicos legítimos quando:

(A) É instrumentalizado para disseminar desinformação, incitar o ódio e promover a discriminação contra grupos vulneráveis.
(B) Questiona tradições ou práticas culturais historicamente consolidadas de uma comunidade.
(C) É utilizado por cidadãos e movimentos sociais para criticar autoridades governamentais.
(D) Manifesta opiniões divergentes ou minoritárias em relação ao pensamento da maioria.
(E) É exercido publicamente em plataformas digitais por jovens e estudantes.

3. Texto I (excerto)

"A internet é um importante meio de inclusão social, cultural e política [...]. No entanto, a internet também é um espaço de conflito, tensão e violência, onde se manifestam diversas formas de discriminação, preconceito e intolerância [...]. O aumento da incidência desses crimes no ambiente virtual está relacionado com a expansão do acesso à internet no país."

Ao analisar o processo de expansão do acesso à internet no Brasil e os seus desdobramentos sociais descritos no Texto I, percebe-se que a consolidação da cultura digital no país:

(A) Eliminou as assimetrias e preconceitos pré-existentes ao democratizar o acesso à informação.
(B) Transformou a rede em um ambiente neutro, isento das contradições e tensões da sociedade off-line.
(C) Atinge de maneira homogênea todas as faixas etárias e perfis demográficos, sem distinção de vulnerabilidade.
(D) Revelou uma contradição entre a democratização do acesso e a intensificação de práticas de exclusão e violência.
(E) Reduziu a necessidade de intervenção do Estado na regulação de crimes contra grupos vulneráveis.

Leia o texto

Texto III

BRASIL CAMINHA PARA ATINGIR A MARCA DE 1 MILHÃO DE PESSOAS PRESAS EM 2027

População carcerária cresceu em ritmo médio de 3,54% por ano na última década, apontam dados do Anuário de Segurança Pública. Aumento agrava superlotação nos presídios do país.



Disponível em: https://abre.ai/sVzU. Acesso em: 14 set. 2026.

O Brasil pode atingir a marca de 1 milhão de pessoas presas em 2027, caso se mantenha o ritmo de crescimento da população carcerária visto nos últimos anos, conforme os dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública, produzido pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP).

Em 2025, a população prisional chegou a 964.668 pessoas, somados os presos em penitenciárias e em delegacias. O número aumentou 6% em relação ao ano anterior. Na última década, houve um aumento médio de 3,3% por ano.

A população carcerária brasileira é uma das maiores do mundo em números absolutos.

Apenas Estados Unidos, com 1,76 milhão de presos, e China, com 1,69 milhão, têm mais presidiários, segundo o World Prison Brief, levantamento mundial do Institute for Crime and Justice Research e da Birkbeck University de Londres.

96% homens, 48% pardos, 30% sem julgamento: o perfil dos presos no Brasil



Cerca de 48% da população carcerária é composta por pardos e cerca de 15,6% são preto, enquanto brancos compõem 28%. Amarelos são menos de 1% e indígenas são 0,1%. Para o restante — cerca de 44 mil pessoas —, o sistema não tem informações sobre a raça.

Somados, pretos e pardos respondem por 63% das pessoas encarceradas, enquanto compõem 55,5% da população.

Essa discrepância, segundo os pesquisadores, expõe o racismo estrutural do país, ou seja, uma discriminação histórica que dificultaria a ascensão social de negros.

"*Os números são um retrato de um sistema que atinge desproporcionalmente homens jovens e negros e cuja raiz é histórica*", diz Sampaio.

"Temos que lembrar da ausência de políticas públicas para integração da sociedade dos negros depois da escravidão. A legislação penal foi e é usada no Brasil, desde os primeiros códigos penais, para criminalizar a população negra."

Existe uma seletividade penal na Justiça brasileira, afirma Sampaio, que faz com que crimes cometidos por pessoas brancas sejam menos punidos.

"Crimes contra a Previdência, corrupção e fraudes no pagamento do fundo de garantia — cuja proporção em termos pecuniários é maior do que um furto — não recebem o mesmo tratamento do Estado", afirma Sampaio.

Segundo Hugo Almeida, essa seletividade na criminalização, ou seja, essa escolha do que o Estado decide punir com mais rigor e onde o Estado decide aplicar a lei se refletem também em outro dado: o fato de que a grande maioria dos presos têm baixa escolaridade.



Cerca de 44% dos presos não completaram o ensino fundamental e outros 6% sequer chegaram a ter qualquer nível de educação formal.

Presos sem julgamento

Um dado importante é que boa parte dessas pessoas sequer chegou a ser condenada: quase 30% das pessoas encarceradas no Brasil estão em prisão provisória — são 183 mil aguardando julgamento.

"*Isso é uma violação muito grave de direitos*", afirma Gabriel Sampaio, ex-membro do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária.

Pela legislação, as prisões preventivas deveriam acontecer apenas em último caso e deveriam ser avaliadas no máximo a cada três meses para evitar que pessoas inocentes fiquem presas desnecessariamente. Mas na prática isso não acontece.

"*Se a pessoa é condenada, esse tempo é retirado da pena dela. Mas se a pessoa é absolvida, ninguém devolve esses meses — e às vezes anos — que ela passou encarcerada sendo inocente*", diz Sampaio, que também é diretor de litigância e incidência da Conectas, entidade de defesa de direitos humanos.



Disponível em: https://abre.ai/sVz4. Acesso em: 14 set. 2026.

Mortes no sistema prisional sobem 241% em 10 anos

O estudo também aponta um crescimento expressivo das mortes registradas dentro do sistema prisional. Entre 2016 e 2025, 23.942 pessoas morreram em unidades prisionais brasileiras, considerando todas as causas, um aumento de 241%. Somente em 2025, foram registradas 3.318 mortes, o maior número de toda a série histórica.

Mortes por problemas de saúde e causas naturais são as mais recorrentes, o que, segundo o relatório, indica falhas no acesso à atenção básica, à prevenção de doenças e ao atendimento ambulatorial e hospitalar.

O relatório também destaca o crescimento das mortes registradas por causas desconhecidas, com alta de 1.422% entre 2016 e 2025, indicando fragilidades na investigação e na identificação das circunstâncias desses óbitos.

Trabalho e educação

O fornecimento de educação e a possibilidade de trabalhar na prisão são previstos pela legislação brasileira.

Mas somente 18% dos presos hoje têm acesso à educação e somente 23,9% dos presos têm acesso ao trabalho, de acordo com dados do Ministério da Justiça.

A ampliação de vagas de estudo e trabalho para os presos é apontada há anos como uma necessidade urgente pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), órgão responsável por fiscalizar o Judiciário.

Em 2020, o CNJ assinou uma cooperação com o Ministério Público do Trabalho e com a Confederação Nacional dos Municípios para dar início ao plano de geração

de trabalho para pessoas privadas de liberdade e egressas do sistema prisional.

Desde então, a porcentagem de presos que trabalham subiu de 13% para 23,9%, mas ainda está muito longe do ideal, diz Gabriel Sampaio.

"*Eles são essenciais para a reabilitação de quem cometeu um delito e sua reintegração na sociedade, mas acima de disso, são direitos dos presos*", afirma Sampaio.

Referências:G1. Reportagem de Nayara Felizardo, **G1 - São Paulo**. Data: 28/07/2026.
Disponível em: https://g1.globo.com/politica/noticia/2026/07/28/brasil-projecao-pessoas-presas-2027.ghtml

BBC. Reportagem de Letícia Morin Role, **BBC News Brasil** em São Paulo. Data: 17/10/2024.
Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/articles/c0k4nmd3e2xo

ATIVIDADES

4. O Texto III aponta que **quase 30% das pessoas encarceradas no Brasil estão em prisão provisória** (aguardando julgamento) e que apenas **18% e 23,9%** dos presos têm acesso à **educação** e ao **trabalho**, respectivamente.

A partir da leitura do texto,

a) explique por que a alta taxa de prisões provisórias aliada ao baixo acesso ao trabalho e à educação representa uma contradição com o objetivo de ressocialização do sistema carcerário.

b) identifique como a privação desses direitos fundamentais dentro dos presídios retroalimenta o ciclo da violência e da reincidência criminal.

5. Ao analisar a formação do sistema penal brasileiro, o pesquisador citado no texto afirma: *"A legislação penal foi e é usada no Brasil, desde os primeiros códigos penais, para criminalizar a população negra."*

Com base no conceito de **Racismo Estrutural**

a) analise a relação entre o processo histórico pós-abolição no Brasil e a construção do perfil demográfico atual do sistema carcerário (composto em sua maioria por homens jovens, negros e de baixa escolaridade).

b) proponha uma medida no âmbito das políticas públicas (nos eixos de educação, trabalho ou justiça) que contribua para mitigar essa disparidade racial no sistema de punição.

6. *"Crimes contra a Previdência, corrupção e fraudes no fundo de garantia [...] não recebem o mesmo tratamento do Estado. Essa seletividade na criminalização reflete no fato de que a grande maioria dos presos tem baixa escolaridade."*

(Anuário Brasileiro de Segurança Pública)

"Todos são iguais perante a lei e têm direito, sem qualquer distinção, a igual proteção da lei."

(Declaração Universal dos Direitos Humanos, Art. 7º)

O confronto entre a seletividade penal no Brasil e o Artigo 7° da Declaração Universal dos Direitos Humanos evidencia uma contradição, **pois a atuação do Estado**

(A) cumpre a igualdade formal ao punir com o mesmo rigor furtos e fraudes corporativas.

(B) garante a neutralidade do Judiciário ao focar no dano financeiro causado pelos crimes.

(C) respeita a isonomia ao aplicar penas mais leves a infrações de grande impacto financeiro.

(D) viabiliza os direitos humanos ao concentrar a segurança em áreas de alta vulnerabilidade.

(E) viola a universalidade dos direitos humanos ao punir com base em critérios de classe e raça.

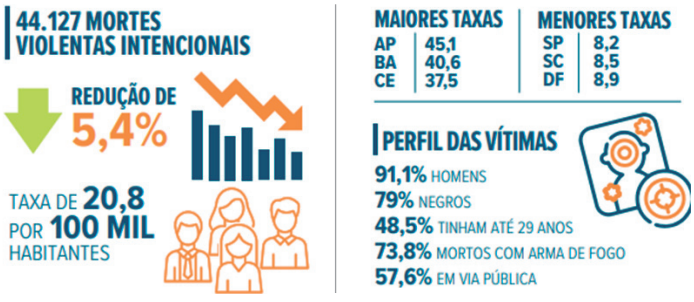
Leia o texto

Texto IV

Atlas da Violência 2026 - Violência contra pessoas negras

A análise da criminalidade no Brasil exige a compreensão das desigualdades estruturais que perpassam a sociedade, visto que a violência letal no país carrega um forte e persistente componente racial. Dados do Atlas da Violência 2026, referentes ao período de 2014 a 2024, evidenciam que os homicídios atingem a população negra de forma profundamente desproporcional. Apenas no ano de 2024, registraram-se 32.820 homicídios de pessoas negras, o que corresponde a 77% do total de assassinatos no país. Esse número equivale a uma taxa de 27,3 mortes para cada grupo de 100 mil habitantes negros, ou cerca de 89,9 pessoas negras mortas diariamente. Em contrapartida, no mesmo ano, registraram-se 9.234 homicídios de pessoas não negras (categoria que reúne brancos, amarelos e indígenas), resultando em uma taxa de 10,1 mortes por 100 mil habitantes. Na prática, a taxa de mortalidade por homicídio entre negros no Brasil é 170,3% superior à registrada entre não negros.

Tesoura Decorativa 13.5cm Padrão Ondulado Longo



Disponível em: https://abre.ai/sVHY. Acesso em: 14 set. 2026.

Os dados trazem um paradoxo incontornável: embora se observe uma tendência de redução das mortes por homicídio no Brasil — o que, em princípio, representa um avanço na proteção do direito à vida —, persiste de forma consistente um padrão de desigualdade racial no qual ser negro implica maior exposição ao risco de violência letal. Esse descompasso inviabiliza qualquer celebração plena dos avanços observados, pois revela que a diminuição da violência não se traduz em proteção equitativa. Em outras palavras, seguimos convivendo com um cenário em que a vida, na prática, permanece hierarquizada.

É fundamental não perder de vista que, por trás desses números, estão trajetórias de vida interrompidas de

forma prematura, atravessadas por dinâmicas históricas de subordinação racial. O direito à vida não se restringe à preservação da integridade física; ele pressupõe condições materiais e simbólicas de existência digna, o que inclui a não discriminação e a proteção igualitária por parte do Estado. Ao analisarmos os dados de violência contra pessoas negras, estamos diante não apenas de uma desigualdade de resultados, mas de uma estrutura persistente que produz e reproduz assimetrias de valor social entre negros e não negros.

Reconhecer essa realidade é condição indispensável para a formulação de respostas públicas efetivamente comprometidas com a equidade racial — respostas que não apenas reduzam a violência em termos agregados, mas que enfrentem, de maneira explícita, os mecanismos que sustentam sua distribuição desigual.



Disponível em: https://abre.ai/sVH3. Acesso em: 14 set. 2026.

Referências:

Atlas da violência. [livro eletrônico] / Daniel Cerqueira; Samira Bueno (coord.). et al. São Paulo: IPEA; FBSP: 2026. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/server/api/core/bitstreams/6e855a6f-1a5d-494d-90aa-753862e10369/content

ATIVIDADES

7. Os dados populacionais mostram que a probabilidade de um jovem negro ser vítima de homicídio no Brasil é significativamente superior à de um jovem não negro. Sociólogos apontam que o medo e a sensação de insegurança não se distribuem de forma uniforme entre os grupos sociais, dependendo de fatores como cor, renda e território de moradia.

Analisando a relação entre a garantia de Direitos Humanos e a realidade social brasileira, conclui-se que

(A) as violações ao direito à vida decorrem de escolhas individuais de comportamento, desvinculadas da estrutura social.
(B) a preocupação com a violência urbana deve limitar-se à atuação das forças de segurança, sem relação com a promoção da cidadania.
(C) os Direitos Humanos aplicam-se plenamente em todas as regiões do país, garantindo proteção idêntica independentemente de raça ou classe.
(D) a universalidade formal dos direitos previstos na lei nem sempre se traduz em igualdade real de proteção no cotidiano dos cidadãos.
(E) s desigualdade racial deixou de influenciar a efetivação dos direitos fundamentais após a promulgação da Constituição de 1988.

8. Explique o conceito de **racismo estrutural** e demonstre como ele se manifesta nos dados de segurança pública apresentados no Texto IV.

9. Avalie como a distribuição desigual da violência letal no território brasileiro compromete o princípio da **universalidade dos Direitos Humanos** e a efetivação da **cidadania**.

Leia o texto

Texto V

O direito a ter direitos e a questão dos refugiados

O "direito a ter direitos" é uma famosa formulação da filósofa política Hannah Arendt, apresentada em sua obra *As Origens do Totalitarismo* (1951), que significa a exigência básica de que todo ser humano pertença a uma comunidade política organizada capaz de garantir e proteger sua dignidade.

A expressão nasceu da observação trágica dos milhões de refugiados, exilados e apátridas criados pelas guerras e pelos regimes totalitários na Europa da primeira metade do século XX. A própria Hannah Arendt viveu na pele a experiência de ser refugiada e apátrida por 18 anos após fugir da Alemanha nazista.

Arendt percebeu que os chamados "direitos naturais" ou "direitos humanos universais", teoricamente inerentes a qualquer pessoa, revelaram-se totalmente inúteis na prática quando o indivíduo perdia sua nacionalidade e o vínculo com um Estado-nação.

Para Arendt, não basta que os direitos existam no papel ou em declarações universais abstratas; é preciso pertencer a uma comunidade política (um Estado, uma pátria ou um espaço público) que reconheça e assegure esses direitos.

O Fundamento de Todos os Outros Direitos: Sem o direito inicial de pertencer a uma coletividade que escute e julgue o indivíduo por suas ações, todas as outras garantias legais perdem o sustento e deixam de existir na realidade.

Em suma, o conceito demonstra que a cidadania e o reconhecimento institucional são pré-requisitos fundamentais para que a própria condição humana seja respeitada na prática.

Referências:

Texto elaborado com base na obra: ARENDT, H. Origens do Totalitarismo. SP: Cia das Letras, 2000. Tradução de Roberto Raposo.

ATIVIDADES

10. Ao analisar a situação de apátridas e refugiados, Hannah Arendt cunhou a expressão "o direito a ter direitos".

Aplicado à crise contemporânea de deslocamentos forçados, esse conceito indica que

(A) os direitos humanos universais garantem proteção jurídica plena ao indivíduo, independentemente de seu vínculo estatal.
(B) a solução para a crise dos refugiados reside na expansão da ajuda humanitária e das ações globais de caridade.
(C) a perda da cidadania formal não compromete a capacidade do indivíduo de exercer sua voz e agência no espaço público.
(D) o "direito a ter direitos" consiste na prerrogativa de pertencer a uma comunidade política que reconheça o indivíduo como sujeito legal.
(E) a governança de ONGs e organismos internacionais substitui plenamente o papel do Estado na garantia de direitos fundamentais.

11. Em sua obra *As Origens do Totalitarismo* (1951), Hannah Arendt formula o conceito do "direito a ter direitos". Explique o paradoxo apontado pela autora entre a existência dos direitos humanos universais abstratos e a situação prática dos indivíduos que perderam seu Estado-nação (apátridas e refugiados).

Leia o texto

Texto I

Colonialismo e a Destruição do Vivo



Achille Mbembe filósofo e cientista político
Disponível em: https://holbergprize.org/laureates/achille-mbembe/

Você já parou para pensar quem são as pessoas, povos ou regiões que mais sofrem com guerras, destruição ambiental e crises sanitárias? Quem define quem deve carregar esse peso? Por que, quase sempre, os mais atingidos pelos desastres ambientais são as populações periféricas, os pobres, os negros e os povos indígenas? Será apenas uma coincidência geográfica? E, diante desse cenário, quem se beneficia? Quem lucra com a devastação da natureza, com a morte dos povos originários e com o sofrimento imposto às camadas mais vulneráveis da sociedade?

Essas questões estão no centro das reflexões feitas pelo filósofo camaronês Achille Mbembe, um dos mais importantes pensadores contemporâneos sobre os efeitos do colonialismo e do atual modelo econômico global. Em sua obra, ele propõe o conceito de necropolítica, isto é, uma forma de política que decide quem pode viver e quem deve morrer, ou, de forma mais ampla, quais populações e territórios são condenados à vulnerabilidade, à exploração e ao abandono.

Colonialismo e destruição ambiental

Mbembe mostra que o colonialismo não foi apenas uma relação de dominação política, mas também uma forma de explorar e exaurir a Terra. O processo colonial estabeleceu as bases de um modelo de desenvolvimento que continua no presente: um capitalismo que se sustenta pela extração predatória dos recursos naturais e pela desigualdade na distribuição dos impactos dessa destruição.

Mbembe fala que a modernidade foi marcada por uma "guerra contra os vivos", em que o avanço tecnológico, econômico e militar caminhou junto da devastação ambiental e da precarização de povos inteiros. Ele afirma: "Na sua versão noturna, a modernidade foi, do princípio ao fim, uma interminável guerra travada contra os vivos. Ela está longe de acabar."

Quando pensamos nos incêndios florestais, nos resíduos tóxicos, no envenenamento do solo e da água, podemos perguntar: não estaríamos repetindo hoje a mesma lógica colonial de exploração, só que agora em escala planetária?

Mbembe alerta para o risco de a própria Terra se tornar uma "necrópole universal". Por isso, propõe um novo horizonte ético: o "direito universal à respiração", um direito que não é apenas humano, mas de toda forma de vida. Afinal, como ele questiona: "Seremos capazes de redescobrir a nossa pertença à mesma espécie e o nosso inquebrável vínculo à totalidade do vivo?"

Essa pergunta é fundamental: como reconstruir formas de viver que não sejam baseadas na exploração até o esgotamento, mas na partilha e no cuidado com a vida?

Texto de Rafael Arcanjo. Professor da Rede Estadual de Goiás.
Fonte: https://ces.uc.pt/pt/agenda-noticias/arquivos-da-pandemia/20-abr-2020/o-direito-universal-a-respiracao. Acesso em: 10 set. 2025.

ATIVIDADES

1. Quem são, historicamente, os grupos sociais mais afetados pela destruição ambiental?

2. Essa vulnerabilidade pode ser vista apenas como uma coincidência geográfica?

3. De que maneira guerras, crises sanitárias e desastres ambientais revelam relações de poder que decidem quem sofre mais e quem se beneficia?

4. (UnB - 2024 – adaptada) Na formulação de Foucault, o biopoder parece funcionar segregando as pessoas que devem morrer daqueles que devem viver. Dado que funciona com base numa divisão entre vivos e mortos, esse poder é definido em relação ao campo biológico, do qual assume o controle e em que você se inscreveu. Este controle pressupõe a distribuição da espécie humana em diferentes grupos, a subdivisão da população em subgrupos e o estabelecimento de uma ruptura biológica entre si. É o que Foucault rotula com o termo (aparentemente familiar) "racismo".

O terror não está ligado à utópica crença no poder irrestrito da razão humana. Também está claramente relacionado com diferentes relatos de dominação e emancipação, que confiaram principalmente concepções de verdade e erro, do "real" e do simbólico, herdado do Iluminismo.

Achille Mbembe. Necropolítica (com adaptações)

Com base na obra **Necropolítica**, de Achille Mbembe e, no trecho precedente, dela extraído, julgue o item:

Em sua obra Necropolítica, Achille Mbembe

(A) afirma que, nas últimas décadas, houve uma diminuição dos conflitos provocados por questões estruturais como o machismo, a homofobia e o racismo.
(B) expressa que é da sociedade civil organizada a responsabilidade de estabelecer os limites entre os direitos, a violência e a morte.
(C) restringe sua análise à realidade europeia.
(D) considera que a necropolítica está associada a políticas de extermínio, desumanização e invisibilidade de certos grupos da população.
(E) defende os direitos humanos e a democracia.

Leia o texto

Texto II

Ailton Krenak, o filósofo da terra

Para Ailton Krenak, filósofo indígena brasileiro, a Terra deve ser compreendida como um organismo vivo, não apenas como mãe e provedora de recursos, mas também como fundamento espiritual que dá sentido à existência. Para os Krenak, habitar o mundo significa aprender com ele, interpretar seus sinais e reconhecer sua pluralidade de formas de ser.

O filósofo indígena, contudo, alerta para o progressivo esquecimento da Terra. O desenvolvimento tecnológico, embora facilite deslocamentos, gera uma perda de sentido no habitar e nos modos de se relacionar com os lugares. Vivemos, segundo ele, em um "cosmos vazio de sentido", alienados e desenraizados, incapazes de nos responsabilizar coletivamente pela vida no planeta.

Essa alienação está ligada à hegemonia da modernidade eurocêntrica e do capitalismo, que transformam a Terra em mercadoria e promovem a exaustão de florestas, rios e montanhas. Para Krenak, isso não ameaça apenas os povos originários, mas toda a humanidade, mergulhada em uma "cegueira coletiva" que impede a construção de alternativas de coabitação.

Ele defende a urgência de recuperar o sentido do coabitar, baseado na cooperação entre povos e na valorização da diversidade da vida. O retorno à Terra deve ser visto como um gesto de resistência ao tempo único e à lógica presentista do capitalismo, que reduz tudo à exploração e à competição. Somente a partir da pluralidade de modos de existir será possível afirmar a vida e abrir novas formas de imaginação social e política.

Adaptação do texto: Ailton Krenak, o filósofo da terra. Disponível em: https://outraspalavras.net/descolonizacoes/ailton-krenak-o-filosofo-da-terra/

ATIVIDADES

5. Como Ailton Krenak entende a Terra e como essa concepção se opõe à visão da Terra como provedora de recursos?

6. De que forma o desenvolvimento tecnológico contribui, segundo Krenak, para o "desenraizamento" e a perda de sentido nos deslocamentos humanos?

7. Qual a importância do conceito de coabitar no pensamento de Krenak, e como ele se relaciona com a crítica ao atual modelo econômico e à modernidade?

8. (UNICAMP, 2025): *Ailton Krenak - A vida não é útil*

Em *"Sonhos para adiar o fim do mundo"*, o pensador Ailton Krenak conta-nos que um pajé Xavante sonhou que a terra ficaria desolada diante da ação predatória dos homens brancos. Escreve Krenak no livro:

"Foi aí que eu atinei que tinha algo na perspectiva dos povos indígenas, em nosso jeito de observar e pensar, que poderia abrir uma fresta de entendimento nesse entorno que é o mundo do conhecimento. Naquele tempo eu comecei a visitar as florestas (...) e, por todos os lados, os pajés diziam: 'vocês precisam tomar cuidado porque o mundo dos brancos está invadindo a nossa existência.' Invadindo."

(KRENAK, A. *A vida não é útil*. São Paulo: Companhia das Letras, p. 36-38, 2020.)

No trecho, as preocupações dos pajés evocam:

(A) o trauma de variados povos indígenas das florestas, decorrente das frestas de entendimento sobre o passado colonial extrativista.
(B) a adoção da diversidade de perspectivas, embora os homens brancos reconheçam a falibilidade do sistema de dominação presente.
(C) a diferença de perspectivas na relação homem-natureza, com a valorização da busca de um conhecimento não predatório.
(D) a resistência indígena a partir do sonho de que os homens brancos deixem de ameaçar a existência dos povos originários.

CINE PIPOCA

SUGESTÕES DE FILMES PARA CONTEXTUALIZAÇÃO COM O PERÍODO ESTUDADO E PARA CONTRIBUIR COM O TEMA:

1. GUERRAS DO BRASIL.DOC (série) – Ep. 1: As guerras da conquista

SINOPSE:

O episódio 1 de "Guerras do Brasil.doc", intitulado "As Guerras da Conquista", narra a invasão e colonização do território brasileiro, focando na brutal dominação, exploração e violência exercidas pe-

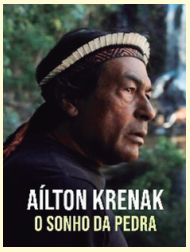
los portugueses e outros colonizadores contra os povos indígenas que habitavam o local. O documentário aborda a resistência indígena e a dizimação da população ao longo do processo colonizador, que continua até os dias atuais, na luta pela demarcação de terras.



2. Aílton Krenak: o Sonho da Pedra

SINOPSE:

Classificação: Livre.



"Aílton Krenak: o Sonho da Pedra" é um documentário que explora o pensamento e a trajetória do líder indígena Aílton Krenak, traçando seu percurso como pensador e defensor dos povos indígenas e das culturas originais do Brasil. O filme apresenta imagens e depoimentos de Krenak em diferentes fases da sua vida, tanto no Brasil quanto no exterior, e aborda sua atuação como embaixador das culturas originárias.

3. O amanhã é hoje

SINOPSE:

Classificação: Livre

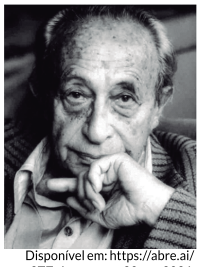


O *Amanhã* é Hoje retrata o drama de brasileiros já impactados pelas mudanças climáticas. Por meio das histórias de seis pessoas de diferentes regiões do país — indígenas, agricultores, caiçaras, comerciantes e produtores — o documentário mostra como a crise climática afeta vidas, territórios, saúde, economia e sonhos de futuro, revelando que ninguém escapa de seus efeitos e que a tendência é o agravamento da situação.

Leia o texto

Texto II

Hans Jonas é um dos filósofos mais importantes do século XX.



Disponível em: https://abre.ai/s2TZ. Acesso em: 20 set. 2026.

Hans Jonas nasceu em 1903, em Mönchengladbach, Alemanha.

Na década de 1920, Hans Jonas estudou Filosofia com os filósofos Martin Heidegger e Edmund Husserl e com o teólogo protestante Rudolf Bultman.

Hans Jonas estudou Filosofia e Teologia na Universidade de Freiburg, na Universidade de Berlim e na Universidade de Heidelberg. Em 1928, obteve seu doutorado em Filosofia da Universidade de Marburg sob tutela de Martin Heidegger. Jonas fazia parte de um grupo de estudantes judeus que estudavam com Heidegger. Hannah Arendt era uma das integrantes desse grupo.

Em 1933, Martin Heidegger se uniu ao Partido Nazista, apesar de muitos de seus alunos serem judeus. Isso resultou no rompimento de relações com Hans Jonas.

Ciente do crescimento do sentimento contra os judeus na Europa, Hans Jonas se afiliou ao movimento sionista. Em 1933, logo após os nazistas terem tomado o poder, Jonas deixou a Alemanha. Ele foi inicialmente para a Inglaterra e de lá seguiu para a Palestina, na época sob o domínio britânico.

Durante a Segunda Guerra Mundial, Jonas se alistou na Brigada Judaica – uma unidade do Exército Britânico. O exército britânico havia formado essa brigada especial para judeus que quisessem lutar contra Hitler. A brigada de Jonas foi enviada à Itália e, posteriormente, à Alemanha.

Após o término da Segunda Guerra Mundial, Hans Jonas voltou à sua cidade natal à procura de sua mãe. Ele descobriu que ela havia morrido nas câmeras de gás de Auschwitz. Localizado na Polônia, Auschwitz foi o mais notório campo de extermínio nazista.

Em 1948, Hans Jonas lutou na Guerra de Independência de Israel. Em 1950, mudou-se para o Canadá e, em 1955, para Nova Iorque, onde viveu até vir a falecer em 1993, aos 89 anos de idade.

O trabalho de Hans Jonas aborda os desafios políticos e históricos de seu tempo: a sociedade em massa, o totalitarismo, o Holocausto, a devastação das bombas nucleares em Hiroshima e Nagasaki, o desastre ambiental em Chernobyl e os riscos da Engenharia Genética e do avanço da tecnologia.

A filosofia de Hans Jonas serviu de base para o movimento pelo Meio Ambiente na Alemanha e foi fundamental para o desenvolvimento da Bioética nos Estados Unidos.

Ciência e a Ética da Responsabilidade

A Ética da Responsabilidade apresentada por Hans Jonas difere das éticas tradicionais de filósofos que o antecederam, como Aristóteles e Kant. A ética de Hans Jonas vai além da moralidade de valores sociais ou da Política. Filósofos como Nicolau Maquiavel, Nicolau Copérnico, Galileu Galilei e René Descartes eram antropocentristas: o universo era avaliado de acordo com sua relação com o ser humano. Isto é, o homem era colocado em primeiro plano.

A obra de Hans Jonas, *O Princípio Responsabilidade*, publicada em 1979, aborda os problemas sociais e éticos criados pelos avanços tecnológicos. Hans Jonas demonstra a necessidade de haver uma nova ética para lidar com o alcance sem precedentes do poder tecnológico. Jonas trata de uma ética que impõe limites ao processo tecnológico, especialmente à luz do perigo iminente que novas tecnologias possam causar.

Antes do advento do mundo moderno, a responsabilidade pela integridade e continuidade da vida na terra não recaía sobre o ser humano: a natureza cuidava de si mesma. O homem não possuía a capacidade de alterar de forma significativa o meio em que vivia e, assim, impactar futuras gerações. Contudo, a relação do ser humano com a natureza e o mundo mudou drasticamente. Com o desenvolvimento da tecnologia, a natureza se tornou vulnerável: passou a ser destruída pela humanidade. À me-

dida que ocorrem inovações tecnológicas, formas mais poderosas de tecnologia são desenvolvidas. A tecnologia vem estendendo o alcance do poder humano muito além da capacidade humana de prever as consequências dos avanços tecnológicos. Jonas aborda as grandes transformações causadas pela tecnologia: o perigo nuclear, a destruição do planeta, o consumo desenfreado de recursos naturais e a Engenharia Genética. Para Jonas, as relações entre conhecimento humano, poder tecnológico, responsabilidade e ética são complicadas e fundamentais. Na visão do filósofo, o mundo precisa que os seres humanos tomem conta dele - um fato sem precedentes na história. Os seres humanos precisam trabalhar para garantir o bem-estar de futuras gerações.

Hans Jonas desenvolveu a Ética da Responsabilidade ao pensar em consequências futuras. O filósofo atribuiu ao ser humano a responsabilidade pela manutenção da natureza e pela garantia do bem-estar e da existência de futuras gerações.

Em O Princípio Responsabilidade, Jonas enfatiza que a sobrevivência da humanidade depende de esforços para cuidar do planeta e, assim, assegurar seu futuro. Na visão de Jonas, a origem da crise do meio ambiente é o desenvolvimento científico e tecnológico desenfreado, desprovido de uma conduta ética estruturada para servir como guia. Segundo o filósofo, recai sobre o ser humano a responsabilidade ilimitada de preservar a vida na terra. Essa responsabilidade é total e contínua.

O que significa responsabilidade ilimitada? Exemplificando: pais são responsáveis por seus filhos de forma limitada e temporária: a responsabilidade dos pais em relação aos filhos geralmente termina quando estes se tornam adultos. Contudo, de acordo com Jonas, a responsabilidade do homem em relação à natureza é ilimitada, pois nunca cessa. O avanço da tecnologia precisa ser condicionado para garantir a continuidade da vida no planeta.

Hans Jonas formulou o novo princípio de moralidade: "Age de tal forma que os efeitos de tuas ações sejam compatíveis com a permanência de uma vida humana autêntica sobre a terra".

Segundo o princípio de responsabilidade de Jonas, não se pode sacrificar o futuro pelo presente: se a humanidade se preocupar apenas com o presente, o futuro pode deixar de existir. A ética proposta por Hans Jonas inclui a responsabilidade por futuras gerações. Esse tipo de responsabilidade não pode ser uma relação recíproca, pois é direcionada às gerações futuras. É uma responsabilidade por pessoas que ainda não nasceram, inclusive por seres humanos que habitarão a terra após todos que hoje estão vivos já terem morrido. Portanto, trata-se de uma responsabilidade que não pode ser reciprocada.

Jonas não vê com bons olhos a Tecnociência: o filósofo critica uma ciência que seja desumanizada. Jones discute a Bioética e os deveres que o ser humano tem consigo, com o meio ambiente e com a posteridade. O filósofo defende a necessidade de uma ciência com ética. Em O Princípio Responsabilidade, Jonas aponta para a ampliação da enorme distância entre a enorme capacidade tecnológica do ser humano e a diminuição da sensibilidade moral humana.

Em seu livro, Técnica, Medicina e Ética, Hans Jonas volta a tratar do tema da vida e dos desafios e ameaças lançadas pela Ciência e pela técnica. Hans Jonas pondera sobre a necessidade de formular novos critérios éticos para lidar com as novas relações entre a natureza e a Ciência. Trata-se de um campo de conhecimento muito novo e, portanto, a ética tradicional não teria como ter abordado essas questões.

A capacidade e os avanços tecnológicos criam questões éticas que concernem a própria natureza do ser humano. Os temas são polêmicos, como a engenharia genética do ser humano.

O filósofo acreditava que a Ciência e a técnica não devem progredir antes de o homem ponderar os efeitos da tecnologia na própria natureza da humanidade. Os avanços no campo da Medicina e da Biotecnologia fizeram com que o ser humano se tornasse potencialmente um objeto manipulável. Isso levanta a questão: qual o limite dos experimentos com seres humanos? O que restará do ser humano se ele for "melhorado" pela Engenharia Genética? Jonas lida com temas graves: por exemplo, será que o homem pode se "recriar inventivamente"?

O filósofo acreditava que a maior ameaça à evolução é a Engenharia Genética, que permite que seres humanos interfiram no processo natural da evolução e passem a manipular o código genético para promover um "aperfeiçoamento" da espécie humana. Os impactos da Engenharia Genética a longo prazo ainda não são conhecidos.

Uma tecnologia cada vez mais sofisticada afeta e altera o mundo natural, inclusive a capacidade alarmante de alterar elementos fundamentais da vida, como o material genético, que foi resultado de bilhões de anos de evolução. Jonas acredita que as consequências de tais tecnologias terão repercussões cumulativas.

A natureza da Ciência mudou fundamentalmente. A tecnologia se desenvolveu muito e continuará a se desenvolver até chegar a tal ponto que suas consequências excedam o conhecimento que o ser humano possui delas. As repercussões ainda estão por vir. Jonas pede uma reflexão crítica sobre tais tecnologias.

A ética deve impor limites à Ciência, sobretudo se o progresso científico ameaçar a manutenção da vida na terra ou apresentar consequências desconhecidas.

Jonas argumenta que a nova ética da responsabilidade deve incorporar a noção de cautela e a projeção de consequências negativas ao impor limites à atuação da Ciência e da tecnologia.

Jonas afirmou que o ser humano tende a acreditar que a inovação e o progresso são fenômenos indiscutivelmente positivos. Contudo, essa percepção prejudica a capacidade de desenvolver uma crítica contundente e uma ética em relação às novas tecnologias. É necessário considerar o poder de destruição inerente à Ciência. Portanto, a Ética deve se posicionar criticamente contra qualquer avanço científico que ameace a continuidade da vida.

Texto extraído do site educabras. Adaptado.
Disponível em: https://abre.ai/s238. Acesso em: 18 set. 2026.

ATIVIDADES

9. (ENEM 2016)

A promessa da tecnologia moderna se converteu em uma ameaça, ou esta se associou àquela de forma indissolúvel. Ela vai além da constatação da ameaça física. Concebida para a felicidade humana, a submissão da natureza, na sobremedida de seu sucesso, que agora se estende à própria natureza do homem, conduziu ao maior desafio já posto ao ser humano pela sua própria ação. O novo continente da práxis coletiva que adentramos com a alta tecnologia ainda constitui, para a teoria ética, uma terra de ninguém.

JONAS, H. O princípio da responsabilidade. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora PUC-Rio, 2011 (adaptado).

As implicações éticas da articulação apresentada no texto impulsionam a necessidade de construção de um novo padrão de comportamento, cujo objetivo consiste em garantir o(a)

(A) pragmatismo da escolha individual.
(B) sobrevivência de gerações futuras.
(C) fortalecimento de políticas liberais.
(D) valorização de múltiplas etnias.
(E) promoção da inclusão social.

10. (ENEM 2016 PPL)

Fundamos, como afirmam alguns cientistas, o antropoceno: uma nova era geológica com altíssimo poder de destruição, fruto dos últimos séculos que significaram um transtorno perverso do equilíbrio do sistema-Terra. Como enfrentar esta nova situação nunca ocorrida antes de forma globalizada e profunda? Temos pessoalmente trabalhado os paradigmas da sustentabilidade e do cuidado como relação amigável e cooperativa para com a natureza. Queremos, agora, agregar a ética da responsabilidade.

BOFF, L. Responsabilidade coletiva. Disponível em: <http://leonardoboff.wordpress.com>. Acesso em: 14 mai 2013.

A ética da responsabilidade protagonizada pelo filósofo alemão Hans Jonas e reivindicada no texto é expressa pela máxima:

(A) "A tua ação possa valer como norma para todos os homens."
(B) "A norma aceita por todos advenha da ação comunicativa e do discurso."
(C) "A tua ação possa produzir a máxima felicidade para a maioria das pessoas."
(D) O "O teu agir almeje alcançar determinados fins que possam justificar os meios. "
(E) "O efeito de tuas ações não destrua a possibilidade futura da vida das novas gerações."

11. (PUC – GO 2015)

Hans Jonas, na obra "O Princípio Responsabilidade", formulou um novo e característico imperativo categórico, relacionado a um novo tipo de ação humana: "Age de tal forma que os efeitos de tua ação sejam compatíveis com a permanência de uma vida humana autêntica sobre a terra"

(JONAS, 2006, p. 48)

A este respeito, assinale a alternativa que identifica o pensamento de Hans Jonas.

(A) Podemos deduzir que Hans Jonas propõe que o importante é o bem do indivíduo e não a coletividade futura.
(B) A ação de cada indivíduo não influencia na coletividade.
(C) O importante é viver o presente sem se importar com o futuro da humanidade.
(D) Podemos deduzir que não é importante a permanência da vida humana sobre a terra.
(E) O imperativo proposto por Hans Jonas é de ordem racional, para um agir coletivo como um bem público e não individual.

Para saber mais!

Assista ao vídeo O **Último Humano**, disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=71XKkNiNJM4 para responder as questões a seguir.



12. O vídeo *O Último Humano* propõe que pensemos na humanidade não apenas a partir das pessoas que vivem atualmente, mas também das inúmeras gerações que poderão existir no futuro. Explique de que maneira essa ampliação da perspectiva temporal apresentada no vídeo pode ser relacionada à ética da responsabilidade proposta por Hans Jonas.

13. Considerando o princípio formulado por Hans Jonas, explique por que as gerações futuras também devem ser consideradas em nossas decisões éticas atuais. Articule sua resposta com a perspectiva apresentada no vídeo O Último Humana.

14. O aumento do poder científico e tecnológico da humanidade produz também um aumento de suas obrigações morais? Justifique sua resposta relacionando Hans Jonas ao vídeo.

15. Imagine que você participe de uma decisão sobre uma tecnologia capaz de gerar grandes benefícios para a geração atual, mas que também apresente um pequeno risco de provocar consequências irreversíveis para as gerações futuras. Como essa decisão deveria ser analisada a partir da ética da responsabilidade de Hans Jonas?

GEOGRAFIA

Prezados(as) estudantes da 3ª Série,

Neste quarto bimestre, estudaremos como diferentes modelos de desenvolvimento econômico se relacionam com o uso dos recursos naturais e com os desafios da sustentabilidade. Ao longo dos textos e das atividades, analisaremos as diferenças entre os países quanto ao consumo de energia, às emissões de gases de efeito estufa e às condições econômicas para enfrentar os problemas ambientais.

Também discutiremos os desafios da transição entre fontes fósseis e renováveis, as disputas pelo controle de recursos naturais estratégicos e algumas possibilidades de produção de energia mais sustentável, com destaque para o potencial da energia solar em Goiás.

Por fim, vamos analisar as relações entre o agronegócio e o meio ambiente, comparando diferentes formas de produção e de uso da natureza. Conheceremos práticas relacionadas à agricultura familiar, à agroecologia e aos sistemas agroflorestais, refletindo sobre alternativas que buscam conciliar produção, conservação ambiental, geração de renda e qualidade de vida.

Durante esse percurso, vocês serão convidados a interpretar textos, comparar dados, analisar diferentes pontos de vista e construir argumentos sobre os impactos dos modelos de desenvolvimento e as possibilidades de uma relação mais sustentável entre sociedade e natureza.

Leia o texto.

Texto I

Modelos socioeconômicos e o uso dos recursos naturais

Ao longo da história, diferentes modelos socioeconômicos foram criados para organizar a produção de bens e serviços, moldando tanto o uso dos recursos naturais quanto a distribuição de riqueza. Em muitos casos, a ênfase em lucro e expansão impulsiona um aproveitamento intensivo desses recursos, frequentemente à custa da integridade ecológica.

Em contraste, o desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atender às suas próprias necessidades, segundo a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU.

O desenvolvimento sustentável não se limita à proteção do meio ambiente. Ele pressupõe a articulação entre as dimensões econômica, social e ambiental, de modo que a produção de riquezas, a melhoria das condições de vida e a conservação dos recursos naturais sejam consideradas de forma integrada. Isso significa reconhecer que as decisões econômicas produzem consequências sociais e ambientais que podem se manifestar tanto no presente quanto ao longo das gerações.

Nessa perspectiva, os padrões de produção e consumo tornam-se elementos centrais. A extração de matérias-primas, o consumo de energia e a geração de resíduos e poluentes ao longo da produção de bens e serviços exercem diferentes níveis de pressão sobre os ecossistemas. A busca pela sustentabilidade envolve, portanto, utilizar os recursos naturais de forma mais eficiente, reduzir desperdícios e considerar os impactos sociais e ambientais nas decisões relacionadas à produção e ao consumo.

Os modelos de desenvolvimento baseados na industrialização intensiva, no elevado consumo de energia e na exploração crescente de matérias-primas ampliaram a produção e a circulação de mercadorias, mas também intensificaram as pressões sobre florestas, solos, recursos hídricos e atmosfera. Esses impactos não ocorrem da mesma forma em todos os países, pois estão relacionados ao nível de industrialização, aos padrões de produção e consumo e à capacidade econômica e tecnológica de cada sociedade.

Por isso, analisar os modelos socioeconômicos exige considerar não apenas a geração de riqueza, mas também a forma como os recursos naturais são utilizados e os impactos ambientais produzidos. Países com diferentes níveis de desenvolvimento apresentam responsabilidades, necessidades e capacidades distintas para enfrentar a degradação ambiental. Essa desigualdade torna necessário comparar indicadores econômicos, energéticos e ambientais para compreender os desafios da construção de formas mais sustentáveis de desenvolvimento.

Referências:

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. Nosso Futuro Comum. 1987. Disponível em: https://sdgs.un.org/sites/default/files/documents/5987our-common-future.pdf. Acesso em: 21 ago. 2026.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA (MMA). Disponível em: https://www.gov.br/mma/pt-br. Acesso em: 21 ago. 2026.

ATIVIDADES

1. De acordo com o Texto I, explique por que o desenvolvimento sustentável não se limita à proteção do meio ambiente.

2. Segundo o Texto I, por que a comparação de indicadores econômicos, energéticos e ambientais é importante para analisar os modelos de desenvolvimento?

3. De acordo com o Texto I, os modelos de desenvolvimento baseados na industrialização intensiva e no elevado consumo de energia tendem a

(A) reduzir a circulação de mercadorias e limitar a extração de matérias-primas.
(B) separar os resultados econômicos dos efeitos sociais e ambientais da produção.
(C) ampliar a produção de riquezas e intensificar pressões sobre os recursos naturais.
(D) garantir o equilíbrio ecológico sempre que ocorre crescimento da produção industrial.
(E) eliminar as diferenças ambientais entre países por meio da modernização tecnológica.

4. No Texto I, os padrões de produção e consumo são elementos importantes para a análise da sustentabilidade porque envolvem

(A) eliminação do uso de matérias-primas nas atividades produtivas contemporâneas.
(B) redução dos impactos ambientais independentemente da quantidade de bens produzidos.
(C) separação das decisões econômicas dos efeitos sociais e ambientais decorrentes da produção.
(D) uniformização das formas de uso dos recursos naturais entre países com diferentes condições econômicas.
(E) extração de matérias-primas, consumo de energia e geração de resíduos que pressionam os ecossistemas.

5. A análise proposta no Texto I indica que países com diferentes níveis de desenvolvimento devem ser comparados porque apresentam

(A) formas idênticas de utilização dos recursos naturais.
(B) capacidades semelhantes de investimento em tecnologias ambientais.
(C) níveis equivalentes de industrialização, consumo e degradação ambiental.
(D) responsabilidades ambientais definidas apenas pelo tamanho de suas populações.
(E) responsabilidades, necessidades e capacidades distintas para enfrentar a degradação ambiental.

Leia o texto.

Texto II

Desigualdades Ambientais Globais e Impactos dos Modelos de Desenvolvimento

Os países do Norte Global, marcados em grande parte pela industrialização pioneira, apresentam elevados níveis de consumo energético e acumulam importante responsabilidade histórica pela emissão de gases de efeito estufa e pela exploração intensiva dos recursos naturais. Em contrapartida, muitos países do Sul Global apresentam menores níveis de consumo de energia e emissões por habitante, embora enfrentem pressões para ampliar suas economias e sejam frequentemente mais vulneráveis aos impactos das mudanças climáticas. Essas diferenças demonstram que desenvolvimento econômico, uso dos recursos naturais e degradação ambiental ocorrem de maneira desigual entre os países.

Essa diferença cria um dilema: os países de alta renda possuem, em geral, mais recursos financeiros e tecnológicos para investir em energias limpas, mitigação e adaptação ambiental, enquanto muitos países de baixa renda necessitam de maior apoio financeiro, tecnológico e institucional para implementar práticas sustentáveis. O Acordo de Paris (2015) reforça o princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas, reconhecendo que os países possuem capacidades e responsabilidades distintas no enfrentamento das mudanças climáticas e que a cooperação internacional é fundamental para apoiar os países mais vulneráveis.

Políticas globais e justiça climática também envolvem instituições internacionais como a ONU, o PNUMA e mecanismos financeiros como o Fundo Verde para o Clima. A Agenda 2030, com seus 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), orienta esses compromissos, provendo marcos para a ação. Experiências desenvolvidas em países como Costa Rica e Ruanda demonstram que políticas voltadas ao uso sustentável dos recursos naturais podem avançar em diferentes contextos socioeconômicos.

No entanto, a análise dos diferentes modelos de desenvolvimento mostra que as desigualdades ambientais não se limitam às emissões de gases de efeito estufa, mas também ao acesso desigual a recursos como água potável, saneamento básico e tecnologias limpas. Essas disparidades reforçam a urgência de mecanismos de cooperação internacional que não apenas reduzam as emissões globais, mas também promovam justiça ambiental, garantindo condições mínimas de dignidade e sustentabilidade para as populações mais afetadas.

Referências:
AGÊNCIA INTERNACIONAL DE ENERGIA (IEA). Disponível em: https://www.iea.org/. Acesso em: 17 set. 2025.
BANCO MUNDIAL. Climate Change Data. Disponível em: https://data.worldbank.org/topic/climate-change. Acesso em: 17 set. 2025.
EMISSIONS DATABASE FOR GLOBAL ATMOSPHERIC RESEARCH (EDGAR). GHG emissions of all world countries: 2024 report. Disponível em: https://edgar.jrc.ec.europa.eu/report_2024. Acesso em: 17 set. 2025.
NOTÍCIAS DA ONU. Disponível em: https://news.un.org/pt/. Acesso em: 17 set. 2025.
PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE (PNUMA). Disponível em: https://www.unep.org/pt-br. Acesso em: 17 set. 2025.
THE GLOBAL ECONOMY. Disponível em: https://www.theglobaleconomy.com/. Acesso em: 17 set. 2025.

Para saber mais!

Costa Rica: Pequeno País, Grande Exemplo de Sustentabilidade

A Costa Rica aboliu seu exército em 1948 e passou a direcionar maior parcela dos investimentos públicos para áreas como educação, saúde e bem-estar social. O país possui uma matriz elétrica fortemente baseada em fontes renováveis, como hidrelétrica, geotérmica e eó-

lica, reduzindo sua dependência de combustíveis fósseis. A conservação ambiental também ocupa papel central nas políticas do país. Embora possua pequena extensão territorial, a Costa Rica apresenta elevada biodiversidade e abriga cerca de 5% da biodiversidade mundial.

Outro aspecto importante dessa trajetória foi a recuperação da cobertura florestal. Após décadas de intenso desmatamento, especialmente até a década de 1980, o país desenvolveu políticas de reflorestamento e conservação que contribuíram para ampliar novamente suas áreas florestadas. Atualmente, as florestas cobrem cerca de 60% do território, e uma parcela significativa das áreas naturais encontra-se protegida por parques nacionais e outras unidades de conservação. A preservação da natureza também fortaleceu atividades como o turismo sustentável, demonstrando como conservação ambiental e desenvolvimento econômico podem estar associados.

Disponível em: https://esginsights.com.br/por-que-a-costa-rica-se-tornou-modelo-de-economia-sustentavel-na-america-latina/ Acesso em: 17 set. 2025. Adaptado.

CINE PIPOCA

SUGESTÕES DE FILMES PARA CONTEXTUALIZAÇÃO COM O PERÍODO ESTUDADO E PARA CONTRIBUIR COM O TEMA:

1. Seremos História? – Before the Flood (2016).

SINOPSE:

Classificação: 10 anos.



Produzido e apresentado por Leonardo DiCaprio, o documentário percorre diversos países para revelar os impactos das mudanças climáticas em ecossistemas, comunidades e economias. A obra destaca a elevação do nível do mar, o derretimento das geleiras e o aumento de eventos climáticos extremos, além de analisar as responsabilidades históricas das nações desenvolvidas e os desafios enfrentados pelos países em desenvolvimento. O filme apresenta entrevistas com cientistas, líderes mundiais e ativistas, enfatizando soluções como energias renováveis, redução do consumo de combustíveis fósseis e acordos internacionais — inspirando ações globais para conter a crise climática.

ATIVIDADES

6. Com base no Texto II, explique o princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas, no enfrentamento das mudanças climáticas.

7. Segundo o Texto II, como as diferenças de renda entre os países influenciam sua capacidade de enfrentar os problemas ambientais?

8. A noção de justiça climática apresentada no Texto II reforça a necessidade de

(A) igualar as metas econômicas dos países antes de estabelecer políticas ambientais.
(B) transferir aos países de menor renda a maior parte dos custos da transição energética.
(C) considerar responsabilidades, capacidades e vulnerabilidades diferentes entre os países.
(D) limitar a cooperação internacional aos países que apresentam maiores emissões totais de carbono.
(E) adotar políticas ambientais idênticas para todas as economias, independentemente de suas condições históricas.

9. De acordo com o Texto II, a Agenda 2030 contribui para o debate sobre sustentabilidade ao

(A) substituir os acordos climáticos por metas exclusivamente econômicas.
(B) concentrar as ações ambientais apenas nos países industrializados do Norte Global.
(C) restringir a cooperação internacional ao financiamento de grandes projetos energéticos.
(D) estabelecer objetivos que articulam dimensões sociais, econômicas e ambientais do desenvolvimento.
(E) definir obrigações ambientais uniformes para países com diferentes níveis de renda e desenvolvimento.

10. Com base no box "Costa Rica: Pequeno País, Grande Exemplo de Sustentabilidade", a experiência costa-riquenha demonstra que é possível

(A) associar conservação ambiental, fontes renováveis e atividades econômicas como o turismo sustentável.
(B) priorizar a exploração de combustíveis fósseis para financiar políticas de preservação das florestas nacionais.
(C) reduzir a proteção das áreas naturais para ampliar rapidamente a participação das atividades industriais no território.
(D) substituir políticas públicas de conservação por iniciativas privadas voltadas exclusivamente à expansão do setor turístico.
(E) alcançar sustentabilidade somente após atingir níveis elevados de industrialização e consumo energético semelhantes aos países desenvolvidos.

Leia o texto.

Texto III

Dados comparativos de emissões e consumo energético

País / Bloco	PIB (US$ trilhões)	PIB per capita (US$ mil)	Emissões totais de CO_2 (Mt)	Emissões per capita (tCO_2/hab)	Consumo de energia primária per capita (kWh/ano)
Estados Unidos	26,8	79,6	4.700	13,9	77.000
União Europeia	18,3	40,9	3.000	6,7	33.000
China	17,7	12,6	13.260	9,4	33.000
Índia	3,7	2,6	2.955	2,0	7.000
Brasil	2,3	10,9	480	2,2	16.800
Nigéria	0,5	2,2	128	0,5	3.900

Observação: os valores apresentados são aproximados e referem-se majoritariamente a 2023, podendo variar conforme a fonte e o critério de contabilização utilizado.

Elaboração: Equipe NUREDI, com base nas fontes indicadas nas referências.

A tabela apresenta dados comparativos entre diferentes países e um bloco econômico, destacando o Produto Interno Bruto (PIB) total e per capita, as emissões totais de CO_2 e per capita, e o consumo energético por habitante. Esses indicadores permitem relacionar o desenvolvimento econômico com o uso de energia e a emissão de gases de efeito estufa.

Os dados mostram que a relação entre desenvolvimento econômico, consumo de energia e emissões não ocorre de maneira uniforme. Os Estados Unidos e União Europeia apresentam PIB per capita elevado e alto consumo de energia por habitante. A China, embora apresente PIB per capita menor, concentra as maiores emissões totais entre os casos apresentados. Índia, Brasil e Nigéria, por sua vez, registram emissões e consumo energético per capita mais baixos. A comparação evidencia a importância de analisar conjuntamente indicadores econômicos, emissões totais e valores per capita.

Além das diferenças nas emissões, os países apresentam capacidades distintas para financiar ações de mitigação, adaptação e transição energética. Economias de alta renda, em geral, dispõem de mais recursos financeiros e tecnológicos, enquanto muitos países de baixa e média renda apresentam maior vulnerabilidade socioambiental e menor capacidade de investimento. Essas diferenças precisam ser consideradas na definição das responsabilidades e das formas de cooperação internacional.

Cada indicador apresentado na tabela revela uma dimensão diferente do problema. As emissões totais indicam a quantidade absoluta de CO_2 emitida por uma economia, enquanto as emissões per capita permitem relacionar essas emissões ao tamanho de sua população. O PIB e o consumo de energia, por sua vez, ajudam a compreender as diferenças na capacidade econômica e nos padrões de uso energético. Por isso, nenhum desses indicadores deve ser analisado isoladamente: sua comparação conjunta possibilita uma interpretação mais ampla das responsabilidades ambientais e das possibilidades de ação de cada país.

Referências:

GLOBAL CARBON PROJECT – Global Carbon Budget 2023. Disponível em: https://www.globalcarbonproject.org/. Acesso em: 14 set. 2025.

INTERNATIONAL ENERGY AGENCY – World Energy Outlook 2023. Disponível em: https://www.iea.org/. Acesso em: 14 set. 2025.

JOINT RESEARCH CENTRE – European Commission – EDGAR Emissions Database 2023. Disponível em: https://edgar.jrc.ec.europa.eu/. Acesso em: 14 set. 2025.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE (PNUMA). Disponível em: https://www.unep.org/pt-br. Acesso em: 14 set. 2025.

WORLD BANK – World Development Indicators 2023. Disponível em: https://data.worldbank.org/. Acesso em: 14 set. 2025.

OUR WORLD IN DATA (OWID) – Primary energy consumption per capita. University of Oxford, 2023. Disponível em: https://ourworldindata.org/energy. Acesso em: 14 set. 2025.

CEIC DATA – World Trend Plus – Energy Consumption per Capita. 2023. Disponível em: https://www.ceicdata.com/. Acesso em: 14 set. 2025.

ENERDATA – Global Energy Statistical Yearbook 2023. Disponível em: https://yearbook.enerdata.net/. Acesso em: 14 set. 2025.

THE GLOBAL ECONOMY – Indicators by Country (PIB, Energia, Emissões). 2023–2024. Disponível em: https://www.theglobaleconomy.com/. Acesso em: 14 set. 2025.

ATIVIDADES

11. Com base no Texto III, diferencie emissões totais de CO_2 e emissões per capita.

12. Explique por que nenhum dos indicadores apresentados no Texto III deve ser analisado isoladamente ao comparar os países.

13. Os dados apresentados no Texto III mostram que a China se diferencia dos demais casos analisados por

(A) apresentar o menor consumo de energia por habitante entre os países comparados.

(B) possuir o menor PIB per capita entre as economias incluídas na tabela de comparação.

(C) registrar emissões per capita inferiores às observadas no Brasil e na Índia no mesmo período.
(D) reunir, simultaneamente, o maior PIB per capita e o maior consumo energético por habitante da tabela.
(E) concentrar as maiores emissões totais de CO_2, embora seu valor per capita não seja o mais elevado.

14. Segundo o Texto III, economias de alta renda tendem a apresentar maior capacidade de realizar a transição energética porque dispõem de

(A) menor necessidade de planejamento ambiental e energético.
(B) reservas naturais suficientes para evitar a importação de recursos estratégicos.
(C) mais recursos financeiros e tecnológicos para investir em mitigação, adaptação e novas tecnologias.
(D) menor responsabilidade histórica pelas emissões acumuladas durante os processos de industrialização contemporâneos.
(E) estruturas econômicas que eliminam, automaticamente, os impactos ambientais associados ao consumo elevado de energia.

15. A comparação entre Brasil e Índia na tabela do Texto III permite observar que

(A) o Brasil apresenta PIB total superior ao registrado pela Índia.
(B) a Índia apresenta consumo energético por habitante superior ao brasileiro.
(C) o Brasil registra emissões totais menores, mas emissões per capita próximas às da Índia.
(D) a Índia apresenta PIB per capita e consumo de energia por habitantes superiores aos brasileiros.
(E) o Brasil registra emissões totais e consumo energético por habitantes superiores aos valores da Índia.

Leia o texto.

Texto IV

Energia fóssil x energia renovável: desafios globais

As fontes fósseis (petróleo, carvão e gás natural) continuam dominando a matriz energética mundial e são responsáveis pela maior parte das emissões de gases de efeito estufa. Em 2023, mais de 75% da energia primária global ainda provinha de combustíveis fósseis, segundo a Agência Internacional de Energia (IEA).

Em contrapartida, as fontes renováveis vêm crescendo em participação. No entanto, elas ainda enfrentam desafios como altos custos iniciais, dependência de matérias-primas estratégicas e a necessidade de armazenamento de energia. Além disso, podem gerar impactos ambientais locais, como desmatamento para hidrelétricas ou perturbação de habitats para parques eólicos. O desafio global é equilibrar essa transição, considerando os impactos locais e as disputas geopolíticas por recursos.

Os recursos energéticos e minerais estão distribuídos de maneira desigual pelo planeta, fazendo com que alguns países concentrem reservas, produção ou capacidade de processamento, enquanto outros dependem da importação desses recursos. Essa distribuição desigual cria relações de dependência e transforma o acesso aos recursos naturais em uma questão econômica, política e estratégica.

As disputas políticas também envolvem o controle de reservas fósseis e de minerais críticos, entre os quais se destacam as terras raras. Esses elementos não são necessariamente escassos na crosta terrestre, mas costumam ocorrer em concentrações que dificultam sua exploração economicamente viável e exigem processos complexos de separação e refino. Em 2023, a China respondeu por cerca de 69% da produção mineral global de terras raras, segundo o Serviço Geológico dos Estados Unidos (USGS). Além disso, concentrava cerca de 90% do refino desses elementos, segundo a Agência Internacional de Energia (IEA). Essa concentração das cadeias produtivas influencia preços, segurança de abastecimento, desenvolvimento tecnológico e estratégias nacionais de transição energética. As condições para realizar essa transição, contudo, são desiguais entre os países, pois dependem da capacidade financeira e tecnológica e de acesso a recursos estratégicos.

A transição energética, portanto, não envolve apenas a substituição de fontes fósseis por fontes renováveis. Ela também exige investimentos em redes elétricas, sistemas de armazenamento, novas tecnologias e cadeias de fornecimento capazes de garantir os equipamentos e minerais necessários à expansão das fontes de baixa emissão. Nesse cenário, países que concentram tecnologia, capacidade industrial e capacidade de processamento de minerais estratégicos podem ocupar posições privilegiadas, enquanto economias com menor capacidade financeira e tecnológica enfrentam maiores obstáculos para realizar essa transição.

Referências:
INTERNATIONAL ENERGY AGENCY – World Energy Outlook 2023. Disponível em: https://www.iea.org/. Acesso em: 14 set. 2025.
INTERNATIONAL ENERGY AGENCY (IEA) – Energy Technology Perspectives 2023. Disponível em: https://www.iea.org/reports/energy-technology-perspectives-2023. Acesso em: 21 ago. 2026.
ATLANTIC COUNCIL – Global Energy and Geopolitics. Disponível em: https://www.atlanticcouncil.org. Acesso em: 14 set. 2025.
MINING TECHNOLOGY – Mining Industry News and Analysis. Disponível em: https://www.mining-technology.com. Acesso em: 14 set. 2025.
SERVIÇO GEOLÓGICO DOS ESTADOS UNIDOS (USGS) – Mineral Commodity Summaries 2024. Disponível em: https://pubs.usgs.gov/periodicals/mcs2024/mcs2024.pdf. Acesso em: 14 set. 2025.

Para saber mais!

Cerrado Goiano e Energia Solar: Caminho para um Futuro Sustentável

O Cerrado goiano apresenta elevado potencial para o aproveitamento da energia solar devido aos altos níveis de irradiação recebidos ao longo do ano. O clima predominantemente seco e a baixa nebulosidade em parte do território favorecem a geração fotovoltaica, tornando essa fonte uma alternativa importante para a diversificação da matriz elétrica e para a redução da dependência de combustíveis fósseis.

Além das grandes usinas, a geração fotovoltaica pode ocorrer de forma distribuída em residências, estabelecimentos comerciais e propriedades rurais. No

campo, essa energia pode ser utilizada em atividades como irrigação, armazenamento da produção e eletrificação de cercas. De acordo com dados apresentados pela EDP, o Cerrado goiano apresenta média anual de irradiação solar em torno de 5,5 kWh/m² por dia, condição que amplia as possibilidades de aproveitamento dessa fonte em diferentes atividades econômicas.

A expansão da energia solar pode contribuir para a diversificação da geração de eletricidade, estimular investimentos e ampliar as possibilidades de uso dessa fonte em residências, empresas e propriedades rurais. Entretanto, como outras formas de produção energética, a implantação de grandes empreendimentos deve considerar o planejamento territorial e os possíveis impactos ambientais locais. Dessa forma, a energia solar pode contribuir para uma transição energética mais sustentável em Goiás quando sua expansão estiver associada ao planejamento e à proteção ambiental.

Disponível em: https://solucoes.edp.com.br/blog/potencial-solar-cerrado-goiano/. Acesso em: 14 set. 2025. Adaptado.

CINE PIPOCA

SUGESTÕES DE FILMES PARA CONTEXTUALIZAÇÃO COM O PERÍODO ESTUDADO E PARA CONTRIBUIR COM O TEMA:

1. Sol de Norte a Sul-Greenpeace (2016).

SINOPSE:

Classificação: Livre.



A obra foi dividida em quatro seções: a primeira mostra quais são os benefícios sociais que a energia solar traz ao Brasil; a segunda é dedicada aos obstáculos que não permitem a ampla disseminação dessa fonte de energia, como o excesso de tributos. A terceira parte mostra histórias de brasileiros que, mesmo com todas as dificuldades, apostam na energia do Sol. Por último, um mapa do mundo é disponibilizado para que os internautas insiram iniciativas ligadas à energia solar.

ATIVIDADES

16. De acordo com o Texto IV, explique como a distribuição desigual dos recursos naturais estratégicos pode gerar relações de dependência entre os países.

17. Segundo o Texto IV, por que a transição energética não se resume à substituição de combustíveis fósseis por fontes renováveis?

18. A concentração da produção e do refino de terras raras em poucos países é geopoliticamente relevante porque pode

(A) reduzir a importância estratégica dos minerais na produção de tecnologias de baixa emissão.
(B) eliminar a dependência internacional de equipamentos e componentes utilizados na transição energética.
(C) tornar equivalentes as condições de acesso às matérias-primas necessárias às novas tecnologias energéticas.
(D) ampliar o poder estratégico de países que controlam etapas importantes dessas cadeias produtivas.
(E) impedir que a distribuição dos recursos naturais influencie preços, abastecimento e estratégias econômicas nacionais.

19. Com base no box "Cerrado Goiano e Energia Solar", o aproveitamento da energia solar em Goiás pode

(A) diversificar a matriz elétrica e ampliar usos da energia solar em diferentes atividades.
(B) eliminar a necessidade de planejamento territorial na implantação de grandes empreendimentos energéticos.
(C) substituir integralmente as demais fontes de energia utilizadas em residências, indústrias e propriedades rurais.
(D) expandir a geração de eletricidade sem produzir qualquer impacto ambiental local, nos territórios onde ocorre.
(E) concentrar a produção fotovoltaica apenas em grandes usinas, impedindo sua utilização em sistemas distribuídos menores.

20. A construção de uma transição energética mais equilibrada, segundo o Texto IV, depende de

(A) abandonar as fontes renováveis que exigem minerais estratégicos em suas cadeias de produção.
(B) concentrar a produção de tecnologias limpas exclusivamente nos países com maior capacidade econômica.
(C) combinar expansão de fontes de baixa emissão, infraestrutura, tecnologia e planejamento socioambiental.
(D) manter a dependência de combustíveis fósseis até que todas as economias possuam condições tecnológicas equivalentes.
(E) substituir políticas energéticas nacionais por decisões de mercado baseadas somente na disponibilidade imediata de matérias-primas.

Colaboração

Profª. Silvana Alves Silva.
Colégio Estadual João Carneiro dos Santos.

Leia o texto.

Texto V

O Agronegócio e o Sistema Agroalimentar

A produção agrícola no Cerrado passou por profundas transformações desde a década de 1960. Com a implementação do pacote tecnológico da Revolução Verde, baseado em mecanização, padronização de cul-

tivares e pesado uso de agroquímicos, a agricultura no bioma adquiriu um caráter industrial, configurando o modelo que hoje conhecemos como agronegócio.

Atualmente, segundo dados do MapBiomas (2024), áreas de cultivo de soja ocupam cerca de 78% da área cultivada no Cerrado, configurando-se como o principal cultivo do bioma. Essa produção está associada ao uso intensivo de insumos agrícolas e à expansão de monoculturas em larga escala, o que tem gerado impactos significativos sobre os recursos naturais.

Quase 85% da soja produzida no Brasil é exportada (Pereira; Bernasconi, 2025), principalmente para a China, que é seu maior comprador, com quase 80% do volume exportado em 2025 (N.A., 2025). Essa soja exportada é majoritariamente utilizada — cerca de 77% — para produzir rações animais, com outra parcela significativa se destinando ao consumo humano, na forma de óleo e alimentos industrializados — cerca de 20% — e uma fatia menor utilizada para fins industriais, na forma de biodiesel e outros produtos (Clay, 2004).

O Matopiba concentra 47,8% dos remanescentes de vegetação nativa do Cerrado, o que equivale a cerca de 30% do bioma, e, ao mesmo tempo, é onde se registram as maiores taxas de desmatamento (Mapbiomas, 2024). Nos últimos 39 anos, a região perdeu aproximadamente 41% de sua vegetação nativa segundo monitoramento do Mapbiomas, tornando-se símbolo das contradições socioambientais associadas à expansão do agronegócio — que avança sobre territórios tradicionais, comunidades camponesas e ecossistemas estratégicos para o equilíbrio climático.

Com esse papel predominante da agricultura empresarial no Cerrado, consolida-se o objetivo da modernização da agricultura, que, ao mesmo tempo, intensifica desigualdades sociais e problemas ambientais. Desde a década de 1990, entretanto, a agricultura familiar vem sendo posicionada no centro das atenções da esfera governamental por ser potencialmente mais sustentável, contar com bases agroecológicas e ajudar a garantir segurança e soberania alimentar. A coexistência dessas duas agriculturas no Cerrado é um paradoxo da modernização da agricultura (Pessoa, 2020).

Mas o avanço do agronegócio voltado à exportação tem provocado o enfraquecimento da agricultura familiar — setor que desempenha papel estratégico na segurança alimentar, na geração de renda e na qualidade de vida das populações rurais e urbanas. A expansão de um modelo produtivo centrado em commodities agrícolas, como soja, milho e carne bovina, tem reduzido o espaço econômico e político da agricultura familiar, segmento que representa cerca de 77% dos estabelecimentos rurais brasileiros e responde por 23% do valor bruto da produção agropecuária nacional (IBGE, 2023; Mapa, 2022).

Apesar de ocupar apenas 23% da área agricultável do país, o setor é responsável por 67% das ocupações no meio rural, sustentando a economia de 90% dos municípios com até 20 mil habitantes (Contag, 2024). Além disso, é a principal produtora de alimentos básicos do consumo interno, como feijão, mandioca, leite, hortaliças e frutas (Embrapa, 2015), desempenhando papel central na soberania e segurança alimentar do país.

O enfraquecimento desse segmento decorre de fatores como a concentração fundiária, a priorização de políticas públicas voltadas à exportação de commodities e as restrições de crédito e assistência técnica, que limitam o acesso dos agricultores familiares a mercados e tecnologias, resultando em menor competitividade e vulnerabilidade econômica.

Em contrapartida, políticas voltadas ao fortalecimento da agricultura familiar — como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Plano Safra da Agricultura Familiar 2024/2025, que destinou R$ 43,3 bilhões em financiamentos e proporcionou aumento de 24% na renda média anual dos agricultores participantes (Ipea, 2023; MDA, 2025) — têm demonstrado resultados concretos na redução das desigualdades rurais, na conservação ambiental e na promoção de sistemas alimentares mais resilientes e sustentáveis (FAO; MDA, 2024).

As práticas tradicionais e ancestrais de cultivo, muitas delas baseadas em princípios agroecológicos, operam a partir de uma lógica que busca a convivência com os ciclos naturais e a diversidade dos ecossistemas. Esses sistemas, manejados por comunidades tradicionais, povos indígenas e agricultores familiares, integram o uso múltiplo da terra, a rotação e consorciação de culturas, o manejo controlado do fogo e o aproveitamento de sementes crioulas, contribuindo para a regeneração dos solos, a conservação da agrobiodiversidade e a segurança alimentar local (Altieri; Nicholls, 2020).

Em contraposição, o modelo agroindustrial vigente no Cerrado estrutura-se majoritariamente em torno de poucas commodities agrícolas — basicamente soja, milho, algodão e cana-de-açúcar — e da pecuária bovina intensiva, que juntos ocupam mais de 90% da área produtiva do bioma (IBGE, 2023; Mapbiomas, 2024; Santana et al., 2020).

Esse sistema depende do uso intensivo de insumos sintéticos, da mecanização em larga escala e de sistemas de irrigação que alteram profundamente a dinâmica hídrica e ecológica regional (ANA, 2023). Como consequência, observa-se a homogeneização da paisagem, a contaminação de solos e águas por agroquímicos e a redução da oferta de alimentos diversificados e livres de contaminantes (Carneiro et al., 2015; Gurgel et al., 2018).

Assim, enquanto os sistemas tradicionais e agroecológicos se fundamentam na diversidade biológica e cultural e na reprodução dos processos ecológicos, o agronegócio tende a simplificar os ambientes e concentrar recursos e poder econômico. Esse contraste revela desafios estruturais para o desenvolvimento susten-

tável do Cerrado, demandando políticas públicas que conciliem produtividade com conservação ambiental, valorização dos saberes locais e garantia da segurança alimentar (FAO, 2021; MMA, 2022).

Os sistemas agroalimentares contemporâneos enfrentam, portanto, múltiplos desafios: desde a dependência tecnológica e química (sementes transgênicas, agrotóxicos, irrigação intensiva) até a redução da diversidade alimentar.

Elaborado para fins didáticos.

Referência:

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ (FIOCRUZ). Programa Institucional Fiocruz Cerrados: uma estratégia permanente para a saúde, o clima e a sociobiodiversidade. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2026.

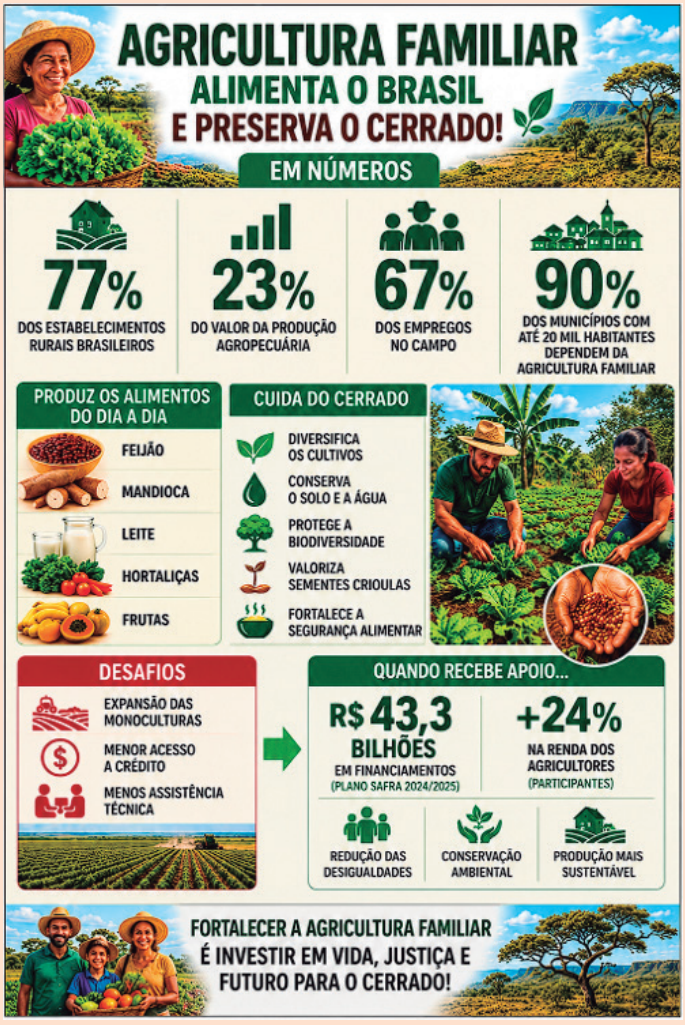


Imagem gerada por inteligência artificial (ChatGPT), OpenAI, 2026.

Elaborada com base em dados do IBGE, Embrapa, Contag, MDA, FAO, MapBiomas e demais referências citadas no material.

Para saber mais!

Agrobiodiversidade: diversidade, produção e sustentabilidade

A agrobiodiversidade é a parte da biodiversidade associada aos sistemas agrícolas, incluindo a diversidade de plantas cultivadas e silvestres úteis, animais, microrganismos e os ecossistemas que sustentam a produção. Essa diversidade não é fruto do acaso, mas resultado de milênios de interação entre pessoas e natureza, moldada pela domesticação, pela seleção natural e artificial, pelo manejo tradicional e pela agricultura.

Ela é fundamental para a manutenção de sistemas agrícolas diversificados e para a segurança alimentar. A variedade de espécies e recursos genéticos amplia as possibilidades de adaptação dos cultivos às diferentes condições ambientais e contribui para tornar os sistemas produtivos mais resilientes diante de alterações climáticas, pragas e outros fatores que podem afetar a produção.

A produção agrícola também depende de processos ecológicos fornecidos pela natureza. A polinização realizada por insetos e outros animais, a fertilidade dos solos, a disponibilidade e a qualidade da água e o controle natural de determinadas pragas são exemplos de funções dos ecossistemas que contribuem para a produção de alimentos. Dessa forma, agricultura e biodiversidade mantêm uma relação de interdependência: ao mesmo tempo que as atividades agrícolas transformam os ambientes, sua produtividade também depende da conservação dos recursos naturais e dos processos ecológicos.

Em resumo, a agrobiodiversidade resulta da interação histórica entre sociedade e natureza, sendo fundamental para a segurança alimentar, a resiliência dos sistemas produtivos e a conservação da diversidade biológica. Sua manutenção também está relacionada aos conhecimentos e às práticas desenvolvidos por agricultores familiares, povos indígenas e comunidades tradicionais, evidenciando diferentes formas de uso, manejo e valorização da natureza.

Disponível em: https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/1044602/agrobiodiversidade. Acesso em: 17 set. 2025. Adaptado.

CINE PIPOCA

SUGESTÕES DE FILMES PARA CONTEXTUALIZAÇÃO COM O PERÍODO ESTUDADO E PARA CONTRIBUIR COM O TEMA:

1. Veneno Está na Mesa (2011).

SINOPSE:

Classificação: Livre.



Dirigido por Silvio Tendler, o documentário investiga o uso intensivo de agrotóxicos na agricultura brasileira e seus efeitos sobre o meio ambiente, a saúde dos trabalhadores rurais e o consumo de alimentos pela população. A obra apresenta entrevistas com especialistas, agricultores e representantes de movimentos sociais, revelando os impactos sociais e ambientais do modelo agrícola baseado em monoculturas e produtos químicos. O filme propõe reflexões sobre alternativas sustentáveis, como a agroecologia e os sistemas agroflorestais, mostrando que é possível produzir alimentos de forma mais saudável e em harmonia com a natureza.

ATIVIDADES

21. De acordo com o Texto V, indique quais são os principais usos destinados à soja exportada pelo Brasil.

22. O Texto V aponta que a coexistência da agricultura empresarial e da agricultura familiar no Cerrado constitui um paradoxo da modernização da agricultura. Explique esse paradoxo, considerando os diferentes papéis desempenhados por esses sistemas agrícolas.

23. Segundo o Texto V, o enfraquecimento da agricultura familiar está relacionado principalmente à

(A) ampliação dos sistemas agroecológicos e à diversificação da produção agrícola.
(B) expansão das sementes crioulas e à valorização dos conhecimentos tradicionais.
(C) concentração fundiária e às dificuldades de acesso ao crédito e à assistência técnica.
(D) recuperação de áreas degradadas e à ampliação das políticas de conservação da biodiversidade.
(E) expansão dos mercados locais e ao fortalecimento econômico das comunidades rurais tradicionais.

24. Com base no box "Agrobiodiversidade: diversidade, produção e sustentabilidade", a conservação da agrobiodiversidade contribui para os sistemas agrícolas porque

(A) elimina a ocorrência de pragas e dispensa o manejo dos cultivos pelos agricultores.
(B) amplia a diversidade genética e favorece processos ecológicos importantes para a produção.
(C) substitui a diversidade de espécies pela padronização das variedades utilizadas na produção.
(D) impede que alterações climáticas e outros fatores ambientais afetem a produtividade agrícola.
(E) reduz a dependência dos cultivos em relação à fertilidade dos solos e à disponibilidade de água.

25. De acordo com o Texto V, o modelo agroindustrial vigente no Cerrado estrutura-se principalmente em torno de commodities agrícolas e da pecuária bovina intensiva. Entre as consequências associadas a esse modelo, destaca-se a

(A) diversificação da paisagem, preservação dos solos e ampliação da oferta de alimentos diversificados.
(B) recuperação da paisagem, conservação das águas e redução da utilização de produtos agroquímicos.
(C) heterogeneização da paisagem, proteção dos recursos hídricos e ampliação da diversidade dos cultivos.
(D) homogeneização da paisagem, conservação das águas e ampliação da oferta de alimentos livres de contaminantes.
(E) homogeneização da paisagem, contaminação de solos e águas e redução da oferta de alimentos diversificados.

Leia o texto.

Texto VI

Sistemas Agroflorestais como Alternativa Eficaz

Os Sistemas Agroflorestais (SAFs) representam uma forma de uso e manejo do solo que integra intencionalmente árvores, cultivos agrícolas e/ou animais em uma mesma área, de maneira simultânea ou em sequência. Esta prática surge como uma alternativa sustentável, especialmente para agricultores familiares, pois diversifica a produção e a renda, promove a segurança alimentar e valoriza o trabalho local.

Um dos principais objetivos dos SAFs é promover sistemas produtivos mais sustentáveis do ponto de vista ecológico, diminuindo a dependência de insumos externos, como fertilizantes químicos e agrotóxicos. Ao combinar plantas de ciclos curto, médio e longo, os SAFs podem reduzir os riscos de mercado para o agricultor, que passa a ter uma maior variedade de produtos para comercializar.

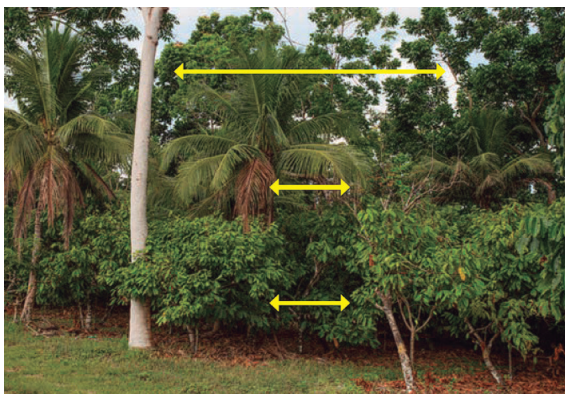
Vantagens e Benefícios Socioambientais

A adoção dos SAFs proporciona inúmeros benefícios para o meio ambiente e para o produtor rural. Entre as principais vantagens, destacam-se:

- Melhora e Proteção do Solo: A queda de folhas e galhos devolve nutrientes ao solo, aumentando a matéria orgânica e melhorando sua capacidade de reter água, além de protegê-lo contra a erosão.
- Uso Eficiente de Recursos: O sistema aproveita melhor a energia solar através das diferentes camadas (estratos) de vegetação e contribui para a regulação do ciclo da água.

A seguir, veja um exemplo de como os componentes de um SAF podem ser organizados em três estratos, otimizando o espaço e a utilização de recursos:

Combinações de componentes de SAFs em 3 estratos



Disponível em: https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/ceplac/informe-ao-cacauicultor/manejo/cartilhas-senar/199-sistemas-agroflorestais.pdf. Acesso em: 11 set. 2025.

- Resiliência e Equilíbrio Ecológico: A diversidade de espécies nos SAFs pode aumentar a resiliência do sistema diante de variações climáticas e contribuir para a redução da incidência de determinadas pragas e do-

enças, diminuindo, em alguns casos, a necessidade de insumos químicos.

- Geração de Renda Diversificada: A combinação de cultivos agrícolas de ciclo curto com espécies arbóreas de retorno a longo prazo permite a geração de receitas em diferentes momentos, conciliando a produção de alimentos com a produção florestal.

Classificação e Estrutura dos SAFs

Os Sistemas Agroflorestais podem ser classificados de diversas formas, sendo a mais comum baseada em sua estrutura e nos componentes utilizados:

- Sistemas Silviagrícolas: Combinam espécies florestais (madeireiras ou não) com cultivos agrícolas, como açaí, cacau, cupuaçu, milho e feijão.

SAFs com cacau



Disponível em: https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/ceplac/informe-ao-cacauicultor/manejo/cartilhas-senar/199-sistemas-agroflorestais.pdf. Acesso em: 11 set. 2025.

- Sistemas Silvipastoris: Integram árvores, arbustos ou palmeiras com pastagens e animais.

Arborização em linhas simples



Disponível em: https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/ceplac/informe-ao-cacauicultor/manejo/cartilhas-senar/199-sistemas-agroflorestais.pdf. Acesso em: 11 set. 2025.

- Sistemas Agrossilvipastoris: Unem os três componentes: agrícola, florestal e pecuário.

Sistema agrossilvipastoril na forma de quintais agrossilvipastoris



Disponível em: https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/ceplac/informe-ao-cacauicultor/manejo/cartilhas-senar/199-sistemas-agroflorestais.pdf. Acesso em: 11 set. 2025.

A implementação de um SAF requer um planejamento cuidadoso, que envolve desde a definição dos objetivos (comerciais, segurança alimentar ou serviços ambientais) até a escolha das espécies mais adequadas para as condições de solo, clima e mercado da região. O sucesso do sistema está diretamente ligado à correta combinação dos seus componentes e ao manejo adequado, que inclui podas e desbastes para controlar a entrada de luz e favorecer os cultivos.

Dessa forma, os Sistemas Agroflorestais se consolidam como uma prática agroecológica eficaz, capaz de conciliar o uso produtivo dos recursos naturais com práticas de conservação ambiental, promovendo a recuperação de áreas degradadas e fortalecendo a resiliência dos ecossistemas e das comunidades locais.

Disponível em: https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/ceplac/informe-ao-cacauicultor/manejo/cartilhas-senar/199-sistemas-agroflorestais.pdf. Acesso em: 11 set. 2025. Adaptado.

ATIVIDADES

26. De acordo com o Texto VI, explique o que caracteriza um Sistema Agroflorestal (SAF).

27. Explique dois benefícios dos Sistemas Agroflorestais apresentados no Texto VI, considerando as dimensões ambiental e econômica.

28. Nos Sistemas Agroflorestais, um sistema silviagrícola é caracterizado pela combinação entre

(A) espécies florestais e cultivos agrícolas em uma mesma área produtiva.
(B) pastagens e animais, sem a presença de espécies arbóreas ou agrícolas.
(C) árvores, pastagens e animais, sem a presença de cultivos agrícolas no sistema.
(D) cultivos agrícolas e criação animal, sem componentes florestais integrados à produção.
(E) componentes agrícolas, florestais e pecuários integrados simultaneamente em uma mesma unidade produtiva.

29. Segundo o Texto VI, o planejamento de um Sistema Agroflorestal deve considerar principalmente

(A) apenas espécies de crescimento rápido, independentemente das condições de solo e clima.
(B) somente o retorno financeiro imediato das culturas utilizadas nos primeiros ciclos de produção.
(C) objetivos do sistema, condições ambientais, espécies adequadas e possibilidades de mercado.
(D) a substituição da diversidade vegetal por cultivos padronizados para facilitar o manejo e a colheita.
(E) a mecanização em larga escala como requisito indispensável para integrar todos os componentes do sistema.

30. Os Sistemas Agroflorestais são apresentados no Texto VI como alternativa sustentável porque podem

(A) garantir o mesmo resultado econômico em qualquer condição de solo, clima e mercado.

(B) funcionar sem planejamento ou manejo após a implantação dos componentes produtivos.
(C) eliminar completamente a ocorrência de pragas e a necessidade de qualquer tipo de insumo externo.
(D) conciliar produção diversificada, conservação dos recursos naturais e fortalecimento da resiliência local.
(E) substituir integralmente todos os sistemas produtivos especializados existentes no espaço rural brasileiro.

Colaboração

Prof. Marcos Antônio Bonifácio da Silva.
Colégio Estadual Estrela do Sul.

Leia o texto.

Texto VII

Agroecologia no interior de Goiás (Niquelândia)

Sítio em Niquelândia (GO) adota agroecologia para produzir de forma sustentável, integrando diversidade de cultivos, preservação ambiental e bem-estar social, com foco na cooperação e no lucro a longo prazo.



Disponível em: https://abre.ai/nAEz. Acesso em: 15 set. 2025.

Em Niquelândia (GO), o sítio Bagagem, de Manoel Alves Gomes Junior, é um exemplo de agroecologia, modelo de produção que integra economia, meio ambiente e sociedade. A propriedade, com 140 hectares, sendo 10 dedicados a uma agrofloresta, foca na biodiversidade e no respeito à natureza. "Aqui, nada se perde. Toda a palhada serve para cobrir o solo e conservá-lo", explica Manoel.

O sítio cultiva uma variedade de frutas, como acerola, amora e goiaba, com a banana produzindo o ano inteiro. Para processar a produção, há uma mini-indústria que transforma as frutas em polpas, que são comercializadas pela cooperativa local. “Sem a cooperativa, não conseguiríamos escoar nossos produtos de maneira eficiente", contou Alves.

A diversificação das atividades no sítio vai além dos cultivos. Além das frutas, há criação de galinhas, gado leiteiro e peixes, todos integrados ao ecossistema. O trabalho com abelhas também é essencial, pois elas ajudam na polinização das plantas, garantindo uma produção mais robusta.

A preservação ambiental é outro pilar do projeto. O sítio mantém uma rica vegetação nativa, e as sementes para reflorestamento vêm dessa área. Em uma das iniciativas relatadas, a propriedade se uniu a uma empresa de mineração para recuperar áreas degradadas após incêndios. “As mudas vendidas para reflorestamento são originárias da nossa mata nativa”, destaca Manoel.

Segundo o proprietário, o sítio também acolhe animais silvestres resgatados, como araras e tamanduás. Eles não só estão livres na natureza, mas ajudam no controle de pragas e na dispersão de sementes. “Esses animais são fundamentais para o equilíbrio do ecossistema”, afirma.

Apesar de todos os benefícios ambientais e sociais, o lucro chegou lentamente. "Demorei cinco anos para ter lucro, mas agora a produção está crescendo", revela Manoel, mostrando que o modelo agroecológico, embora mais demorado, traz resultados sustentáveis e positivos para o futuro do campo.

O caso do Sítio Bagagem evidencia uma forma de relação com a natureza baseada na diversificação produtiva, na conservação do solo e da vegetação, na cooperação e no aproveitamento integrado dos recursos disponíveis. Ao comparar essa experiência com modelos produtivos mais especializados e intensivos em insumos, é possível compreender como diferentes grupos sociais organizam a produção e estabelecem diferentes formas de uso, manejo e valorização da natureza.

Disponível em: https://redeglobo.globo.com/sp/eptv/epagro/noticia/agroecologia-no-interior-de-goias-sustentabilidade-e-diversificacao-no-campo.ghtml. Acesso em: 15 set. 2025.

CINE PIPOCA

SUGESTÕES DE FILMES PARA CONTEXTUALIZAÇÃO COM O PERÍODO ESTUDADO E PARA CONTRIBUIR COM O TEMA:

1. Ser Tão Velho Cerrado (2018).

SINOPSE:

Classificação: Livre.



Os moradores da Chapada dos Veadeiros, preocupados com a degradação do Cerrado em Goiás, procuram novas formas de desenvolver a região sem comprometer o ambiente em que vivem. O desafio é conciliar os diferentes interesses relacionados ao manejo da Área de Proteção Ambiental do Pouso Alto, envolvendo comunidade científica, proprietários rurais e defensores do meio ambiente em um diálogo necessário sobre conservação e desenvolvimento.

ATIVIDADES

31. Com base no Texto VII, explique por que o Sítio Bagagem pode ser considerado um exemplo de produção agroecológica.

32. Compare a experiência do Sítio Bagagem com modelos produtivos mais especializados e intensivos em insumos, destacando uma diferença na relação com a natureza.

33. No caso apresentado no Texto VII, a cooperativa local desempenha papel importante porque

(A) contribui para a comercialização e o escoamento dos produtos obtidos na propriedade.
(B) substitui a produção diversificada por uma cadeia agrícola baseada em um único cultivo comercial.
(C) assume diretamente a gestão ambiental da propriedade e define quais espécies devem ser cultivadas.
(D) elimina o período necessário para que a agrofloresta alcance condições de rentabilidade econômica estável.
(E) transforma a agrofloresta em atividade voltada prioritariamente à exportação de commodities para grandes mercados internacionais.

34. No Texto VII, a presença de abelhas e de animais silvestres demonstra que a biodiversidade pode contribuir para a produção agroecológica porque

(A) concentra o funcionamento do sistema em poucas espécies consideradas úteis à produção agrícola.
(B) favorece processos como polinização, controle de pragas e dispersão de sementes no ambiente produtivo.
(C) separa a conservação da fauna das atividades produtivas realizadas nas áreas cultivadas da propriedade.
(D) substitui o manejo do solo e dos cultivos pela atuação espontânea dos animais presentes na propriedade.
(E) direciona a presença da fauna principalmente para ampliar a produção de animais destinados à comercialização.

35. No Texto VII, o proprietário afirma que foram necessários cinco anos para obter lucro. Essa experiência indica que a avaliação de sistemas produtivos sustentáveis deve

(A) priorizar o retorno financeiro imediato nas decisões produtivas.
(B) avaliar o desempenho apenas pela produtividade alcançada nos primeiros anos.
(C) considerar resultados econômicos, sociais e ambientais ao longo do tempo de consolidação.
(D) abandonar práticas diversificadas quando o retorno financeiro inicial ocorrer de forma mais lenta.
(E) substituir sistemas agroecológicos por modelos especializados sempre que os ganhos econômicos não forem imediatos nos primeiros ciclos.

MARATONA DE OLHO NO ENEM

1. (Enem 2023 – PPL)

Tobias Kuemmerle, acadêmico da Humboldt-Universität de Berlim, na Alemanha, fez uma pesquisa de campo no Chaco, área de mata nativa na fronteira da Argentina com Paraguai e Bolívia. "Estudamos qual é a mudança ocorrida na região e seu efeito nas emissões de CO_2 e na diversidade", diz o pesquisador. "E (o impacto) se deve sobretudo a grandes companhias internacionais que compram áreas para desmatar. Tudo está claramente ligado ao consumo de carne na Europa e à importação de soja. A Europa protege muito sua agricultura, mas compra cada vez mais de regiões onde o impacto ambiental é muito grande."

ORGAZ, C. Como a elogiada "agricultura verde" da Europa pode estar prejudicando o meio ambiente no Brasil. Disponível em: http://www.bbc.com. Acesso em: 17 out. 2021.

O texto apresenta uma ação da Europa na América Latina que ocorre pela combinação dos seguintes elementos:

(A) garimpos organizados regionalmente e apoio político.
(B) vegetações convertidas em pastos e foco na exportação.
(C) maquinários utilizados ilicitamente e base no extrativismo.
(D) terras transformadas em laboratórios e ênfase na ciência.
(E) trabalhadores contratados ilegalmente e financiamento estatal.

2. (Enem 2021)

TEXTO I

Em 2016, foram gerados 44,7 milhões de toneladas de resíduos eletrônicos, um aumento de 8% na comparação com 2014. Especialistas previram um crescimento de mais 17%, para 52,2 milhões de toneladas, até 2021.

Disponível em: https://nacoesunidas.org. Acesso em: 12 out. 2019 (adaptado).

TEXTO II

Há ainda quem exporte deliberadamente lixo eletrônico para o Gana. É mais caro reciclar devidamente os resíduos no mundo industrializado, onde até existem os recursos e a tecnologia. Um negócio muito mais lucrativo é vender o lixo eletrônico a negociantes locais, que o importam alegando tratar-se de material usado. Os negociantes depois vendem o lixo aos jovens no mercado, ou noutro lado, que o desmantelam e extraem os fios de cobre. Estes são derretidos em lareiras ao ar livre, poluindo o ar e, muitas vezes, intoxicando diretamente os próprios jovens.

KALEDZI, I.; SOUZA, G. Disponível em: http://www.dw.com. Acesso em: 12 out. 2019 (adaptado).

No contexto das discussões ambientais, as práticas descritas nos textos refletem um padrão de relações derivado do(a)

(A) exercício pleno da cidadania.
(B) divisão internacional do trabalho.
(C) gestão empresarial do toyotismo.
(D) concepção sustentável da economia.
(E) protecionismo alfandegário dos Estados.

3. (Enem 2023)

No sul da Bahia, desde o século XVIII, tem-se registros de um tipo de sistema agroflorestal. Até hoje, esse sistema é característica marcante da paisagem da região, conhecido como cabruca, que consiste no cultivo do cacau à sombra do dossel da floresta nativa. Esse sistema de cultivo do cacau (graças à tolerância da espécie à sombra) é considerado amigável para a vida silvestre, pois apresenta superioridade em termos de conservação da biodiversidade quando comparado com outras plantações tropicais (monoculturas de dendê, seringa ou café), agricultura ou pastagens.

SOLLBERG, I.; SCHIAVETTI, A.; MORAES, M. E. B. Manejo agrícola no Refúgio de Vida Silvestre de Una: agroflorestas como uma perspectiva de conservação. Revista Árvore, n. 2, 2014 (adaptado).

A prática produtiva apresentada é um exemplo de

(A) difusão comercial de lavouras temporárias.
(B) utilização sustentável dos recursos naturais.
(C) ampliação tecnológica da pecuária intensiva.
(D) padronização alimentar dos povos tradicionais.
(E) modernização logística de plantios convencionais.

4. (Enem 2022 – PPL)

Uma mancha esverdeada se destaca na paisagem ondulada dos arredores de Poções, pequeno município no Semiárido baiano. Ali, a profusão de cactos e árvores da Caatinga contrasta com a pastagem e os solos nus do entorno. O responsável pelo "oásis" é o engenheiro aposentado Nelson Araújo Filho, de 66 anos. "Quando comecei aqui, o solo era compactado e não produzia nada". Sentado à sombra de um umbuzeiro, Araújo conta que por muitos anos aquela área, que pertence a seu pai, abrigou roças de milho e aipim. Depois, virou pasto para gado. Mas os anos de uso esgotaram o solo e o deixaram em vias de virar deserto — fenômeno que atinge cerca de 13% das terras do Semiárido brasileiro. Araújo começou a reverter o processo há três anos com a implantação de um sistema agroflorestal em 1,8 hectare, espaço equivalente a dois campos de futebol. A técnica, que tem sido adotada em várias regiões brasileiras e do mundo, se espelha no funcionamento dos ecossistemas originais de cada região.

FELLET, J.; LIMA, F. Agricultores transformam deserto em floresta no Semiárido. Disponível em: http://www.bbc.com. Acesso em: 10 nov. 2021 (adaptado).

A iniciativa de uso agrícola do solo descrita no texto promove a

(A) inversão de equilíbrio ecológico.
(B) preservação de cultivos orgânicos.
(C) recuperação de biomas degradados.
(D) expansão de métodos mecanizados.
(E) recomposição de lavouras itinerantes.

5. (Enem 2023 – PPL)

Uma missão internacional de investigação, em setembro de 2017, documentou os impactos sociais e ambientais causados pela expansão do agronegócio e pela especulação de terras na região do Matopiba em sete comunidades no sul do Piauí. Os resultados mostraram que a população sofre com as graves consequências do desmatamento, da perda da biodiversidade e da contaminação generalizada do solo, da água e do gado por agrotóxicos.

Relatório sobre o Matopiba aponta impactos ambientais e sociais da financeirização de terras. CIMI. Acesso em: 13 out. 2021.

Os impactos socioambientais descritos no texto provocam a

(A) adoção de cultivos irrigados.
(B) ampliação da agricultura familiar.
(C) fragilização das comunidades locais.
(D) diversificação da produtividade agrícola.
(E) desapropriação de áreas improdutivas.

6. (Enem 2025)

Tecnologias verdes são a cereja do bolo do debate e normalmente são utilizadas como forma de permitir a continuidade do padrão de vida dos países do Norte por meio do uso mais eficiente de recursos. Mas existe um paradoxo, conhecido como Paradoxo de Jevons, responsável por apontar que o desenvolvimento tecnológico que aumenta a eficiência no uso de um recurso tende a, paradoxalmente, aumentar a taxa de uso desse recurso. Em outras palavras: uma tecnologia "sustentável" para aumentar a eficiência do uso de energia vai, paradoxalmente, aumentar o uso de energia em si. Ademais, e muito importante ressaltar, para que lojas de roupas na Europa sejam equipadas com tecnologias "sustentáveis", uma boa dose de matérias-primas, como lítio, precisa ser minerada nos países do Sul. E a mineração é tudo menos "verde" ou "sustentável".

COLERATO, M. Disponível em: https://elle.com.br. Acesso em: 18 out. 2021 (adaptado).

O paradoxo apresentado no texto fundamenta-se na contradição entre

(A) empresas e ambientalistas.
(B) governo e sociedade.
(C) nações ricas e pobres.
(D) preservação e consumo.
(E) saberes populares e ciência.

Revisa Goiás

Expediente

Governador do Estado de Goiás
Daniel Vilela

Secretária de Estado da Educação
Helena da Costa Bezerra

Secretário–Adjunto
Gustavo de Morais Veiga Jardim

Diretora Pedagógica
Alessandra Oliveira de Almeida

Superintendente de Educação Infantil e Ensino Fundamental
Fátima Garcia Santana Rossi

Superintendente de Ensino Médio
Osvany Da Costa Gundim Cardoso

Superintendente de Segurança Escolar e Colégio Militar
Cel Mauro Ferreira Vilela

Superintendente de Desporto Educacional, Arte e Educação
Elaine Machado Silveira

Superintendente de Atenção Especializada
Rupert Nickerson Sobrinho

Diretor Administrativo e Financeiro
Andros Roberto Barbosa

Superintendente de Gestão Administrativa
Leonardo de Lima Santos

Superintendente de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas
Hudson Amarau de Oliveira

Superintendente de Infraestrutura
Sabrina Silva Vieira Valente

Superintendente de Planejamento e Finanças
Taís Gomes Manvailer

Superintendente de Tecnologia
Bruno Marques Correia

Diretora de Política Educacional
Vanessa de Almeida Carvalho

Superintendente de Gestão Estratégica e Avaliação de Resultados
Márcia Maria de Carvalho Pereira

Superintendente do Programa Bolsa Educação
Márcio Roberto Ribeiro Capitelli

Superintendente de Apoio ao Desenvolvimento Curricular
Nayra Claudinne Guedes Menezes Colombo

Chefe do Núcleo de Recursos Didáticos
Evandro de Moura Rios

Coordenador de Recursos Didáticos para o Ensino Fundamental
Alexsander Costa Sampaio

Coordenadora de Recursos Didáticos para o Ensino Médio
Edinalva Soares de Carvalho Oliveira

Professores elaboradores de Língua Portuguesa
Bianca Felipe Ferreira
Edinalva Filha de Lima Ramos
Katiuscia Neves Almeida
Maria Aparecida Oliveira Paula
Norma Célia Junqueira de Amorim

Professores elaboradores de Matemática
Basilirio Alves da Costa Neto
Cleo Augusto dos Santos
José Nazareno da Costa Silva Júnior
Tayssa Tieni Vieira de Souza
Tyago Cavalcante Bilio

Professores elaboradores de Ciências da Natureza
Leonora Aparecida dos Santos
Sandra Márcia de Oliveira Silva
Sílvio Coelho da Silva

Professores elaboradores de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas
Eila da Rocha dos Santos
Geraldo Avelino Gomes Filho

Revisão
Arleth Barbosa Ferreira Pereira

Diagramação
Adriani Grün
Alisse Theodora Ribeiro Silva
Jocelane Silva
Thayane Gabriele Oliveira Lima

SEDUC Secretaria de Estado da Educação | Governo de GOIÁS